

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.

PRESIDENTE – DEPUTADO WAGNER RAMOS

ATA Nº 040

0703au01.lcb

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) -...Boa noite a todos!

Quero cumprimentar a todos vocês que estão aqui nos acompanhando nesta Audiência Pública requerida pelo Deputado Wagner Ramos com o objetivo de debater o tema avanço da igualdade salarial.

Hoje, dia 03 de julho de 2018, estamos ao vivo pela TV Assembleia para todo o Brasil, e queremos agradecer a presença de todos, para dar início a esta solenidade, convidamos para fazer parte da Mesa a Dr^a Amini Haddad de Campos, Juíza de Direito; convidamos também para fazer parte da Mesa o Dr. João Humberto Cesário, Juiz do Trabalho da 23^a Região; convidamos para fazer parte da Mesa a Dr^a Grazielle Cabral Braga Lima, Juíza do Trabalho da 23^a Região; convidamos também para fazer parte da Mesa o Dr. Marcel Trentin, Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso; convidamos também para fazer parte da Mesa o Dr. Joelson de Campos Maciel, Promotor de Justiça da 16^a Promotoria Cível do Meio Ambiente; convidamos para fazer parte da Mesa a Dr^a Michele Gonçalves Mendes, Auditora Fiscal do Trabalho do Poder Executivo, representando a Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Mato Grosso; convidamos para fazer parte da Mesa a Dr^a Ludimila Pereira Araújo, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; convidamos também para fazer parte da Mesa a Sr^a Zilda Zômpero, Presidente da BPW/Cuiabá; convidamos para fazer parte da Mesa a Dr^a Cláudia Aquino de Oliveira, Primeira Diretora Jurídica da BPW/Cuiabá.

Queremos agradecer ainda a presença de Joscilene Santos, Presidente do Conselho Estadual das Mulheres e Presidente do SINTEP de Mato Grosso; também agradecemos a presença de Cíleria Delbarco, Coordenadora da Comissão de Capacitação Empreendedora da BPW/Cuiabá; agradecemos também a presença de Sueli Batista...

...s/drm...

0703au02.drm

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) -... agradecemos também a presença de Sueli Batista, Conselheira superior da BPW Brasil, agradecemos também todos os membros BPW que estão presente nesta Audiência Pública.

Queremos agradecer a todos que nos assistem através da TV Assembleia, agradecemos também a todos os servidores da Assembleia Legislativa tanto da parte do cerimonial

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

como também do gabinete do Deputado Wagner Ramos, e solicitamos a todos em pé para cantamos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUTA-SE O HINO)

O SR. O PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos e ao mesmo tempo, pedir desculpa por duas vezes agendamento que nós fizemos, a primeira por data desta Audiência Pública, infelizmente aconteceu aquela greve dos caminhoneiros e aí perdemos agenda e na outra nós não imaginávamos que o Brasil estava tão bem na Copa do Mundo, passando adiante, teve jogo da Seleção Brasileira e resolvermos por bem transferir a data de hoje esta Audiência Pública. Mas parabéns a todos que vieram, a todos que estão aqui, acompanhando esta Audiência Pública, realmente é muito importante. Então, quero de coração agradecer a todos vocês.

Eu gostaria de relatar que caso haja interesse de alguém da plateia interpelar as autoridades da mesa, poderá fazê-lo com previa inscrição junto ao cerimonial, estritamente sobre o assunto conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o interpelado terá neste período prazo de três minutos para as respostas.

Então, quero comunicar a todos, quem estive interesse o pessoal nosso do cerimonial estará fazendo a ficha e as inscrições de quem quiser depois interpelar os nossos palestrantes. Quero então convidar para a abertura...s/CAC...

0703au02.cac

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – ... interpelar os nossos palestrantes. Quero então convidar para a abertura e fazer uso da palavra, a Sr^a Zilda Zompero, Presidente da BPW Cuiabá.

A SR^a ZILDA ZOMPERO – Boa noite!

Cumprimento a todos em nome do Deputado Wagner Ramos e agradeço que ele prontamente ter requerido essa audiência pública por se tratar de um assunto tão relevante.

A Campanha Trabalho Igual, Salário Igual, que hoje a BPW Cuiabá realiza mais uma etapa. E desta vez com a importância de ser uma audiência pública. Acontece em todas as cidades brasileiras nas quais a BPW está presente com a organização da BPW Brasil, cujos trabalhos são coordenados nacionalmente pela Sr^a Mariza Bazzo, vice-Presidente da BPW Brasil e parte Presidente Conselheira Superior da BPW Cuiabá. Infelizmente por motivo de luto familiar ela não estará coordenando os trabalhos de hoje.

A Campanha Trabalho Igual, Salário Igual, teve início em 2008 por meio BPW Alemanha, que foi a protagonista da iniciativa, que integra uma das prioridades da BPW Internacional dentro os projetos desenvolvidos pela organização mundialmente. A desigualdade salarial que traz prejuízos para o crescimento da mulher no mercado de trabalho não é um tema que preocupa somente o Brasil e nem somente as nações mais pobres. Em vários países dentre os mais de cem que a BPW está presente, inclusive, países da Europa e dos Estados Unidos ocorrem também a Campanha Trabalho Igual, Salário Igual. E a BPW está totalmente engajada para o sucesso. A BPW Cuiabá fez algumas atividades durante o mês de maio orientando as suas associadas, produzindo camisetas com o tema. Inclusive, a audiência pública seria no dia 28 de maio, mas por motivo da greve dos caminhoneiros, a Assembleia Legislativa suspendeu todas as atividades na época. E compreendemos e fizemos um novo agendamento...

s/lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au04.lcb

A SR^a ZILDA ZAMPERO -...que compreendemos e fizemos um novo agendamento.

A equiparação salarial por trabalhos realizados de forma igual é um dos meios pelos quais devem garantir a proteção contra a discriminação da mulher no mercado profissional, embora isso tem amparo da constituição.

O pagamento injustificado em razão de gênero ou etnia de salários distintos a empregados que exercem a mesma função. E essas diferenças salariais às vezes dão uma diferença de até 50% do limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social. E vale informar o seguinte: que uma pesquisa divulgada em março deste ano nacionalmente pela CATO, empresa reconhecida de tecnologia na área de recursos humanos mostra-se que claramente há discriminação e que o caminho a percorrer para a igualdade salarial ainda é muito longo.

Foram ouvidas, no levantamento, oito mil profissionais e chegou-se à conclusão que a diferença salarial ultrapassa em muitos casos 40% e se isso não bastasse ainda que as mulheres ainda são a minoria nos cargos de gestão, principalmente presidentes e diretoras.

As mulheres contratadas para os cargos de gestão além de serem números menores tanto as que conseguem ascensão quanto as subordinadas sofrem com as desigualdades salariais; presidentes, Vice-Presidentes, diretoras e gerentes recebem 31,84% a menos; consultoras 38,5 a menos; profissionais técnicas 32,3% a menos.

A menor diferença ainda se encontra em cargos de níveis de auxiliares e assistentes sendo que ganham 8,22% a menos.

Eu creio que esses dados aqui apresentados sejam suficientes para se iniciar uma boa discussão mostrando assim a razão da BPW como organização que defende os direitos da mulher. Estar aqui nesta noite, na Casa das Leis, com expressiva autoridades no assunto.

Gratidão para todos que dispuseram dos seus tempos preciosos...

...s/...

0703au05.drm

A SR^a ZILDA ZAMPERO -...Gratidão para todos que dispuseram dos seus tempos preciosos, por estarem aqui nesta noite, trazendo mais luz de conhecimento e daqui saiam proposta concretas para coibir as empresas de continuarem a desrespeitar a constituição e automaticamente contribuírem com a discriminação da mulher no mercado.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Convidamos para fazer uso da palavra a Dr^a Cláudia Aquino de Oliveira, a 1^a Diretora Jurídica da BPW Cuiabá.

A SR^a CLÁUDIA AQUINO DE OLIVEIRA- Boa noite!

Quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Wagner Ramos, por ter aceitado esta proposta, colocado pela BPW Cuiabá à realização desta Audiência Pública. Agradecer também em especial aos nossos debatedores que estão aqui presentes, que também prontamente aceitaram este convite, inclusive com as resignações necessárias, nosso muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero fazer aqui também um registro que a Mariza Basso, nossa vice- Presidente da BPW Brasil não está presente por motivo de luto, ela ainda está muito abalada com a perda de sua irmã, mas ela é a nossa coordenadora nacional desta campanha, Trabalhe Igual, Salário Igual, fica aqui o nosso forte abraço a ela, nós estamos todas junto e orando pelo restabelecimento da paz em seu coração e de toda sua família.

Eu inicio a minha fala com as palavras de Cecilia Meireles, ela disse há muito tempo atrás “já fui loira, já fui morena, já fui margarida e atriz, só não pude ser como eu quis” então, isso retrata que há anos as mulheres vem sofrendo todas as formas de discriminação e preconceito e estão na luta pelo seus direitos e pelo seu reconhecimento e a BPW Brasil a BPW Cuiabá temos trabalhado muito para que possamos caminhar em outro sentido, no sentido da igualdade entre homens e mulheres.

Nós sabemos que tanto em editoriais de jornais, matéria da imprensa, capa de revistas...s/CAC...

0703au06.cac

A SR^a CLAUDIA AQUINO DE OLIVEIRA - ... de jornais, de matérias da imprensa, capas de revista, todos os anos no mês de março saem os dados estatísticos e as mulheres continuam ganhando menos que os homens ainda que exerçam a mesma função com a mesma competência. E elas enfrentam todas as formas de discriminação e a pior delas tem sido também ou uma delas também a desigualdade salarial.

O Fórum econômico mundial ele um prognóstico muito preocupante, Deputado. Segundo o Fórum, homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo só terão o mesmo salário em 2095, nós estamos em 2018, então, alguma coisa nós precisamos fazer, nós precisamos refletir, precisamos pensar quais as políticas públicas que vamos adotar, políticas eficazes, eficientes, quais são as medidas que vamos adotar para que possamos ter um rumo diferente.

Então esse contexto já demonstra a importância desse debate. E um dado também bastante interessante, é que essa busca pela igualdade das mulheres além de ser longa, ela está muito lenta, pois em 2007, há dez anos, as mulheres ganhavam 27% menos que os homens. Passado dez anos nós conseguimos reduzir dois dígitos: ganhamos 25%, ou seja, dez anos para diminuir de 27% para 25%. Alguma coisa não está certa. Também a mulher passou a ocupar mais ainda o mercado de trabalho, ela ocupava 40% dos postos e hoje, com os mesmos dez anos, ela já ocupa 44% dos postos de trabalho.

No curso superior, é um dado interessante: as mulheres elas tem 59% comparado aos homens, 59% dos trabalhadores e trabalhadoras são mulheres com curso superior. E curso superior incompleto 52%, ou seja, isso demonstra que as mulheres estão estudando mais, elas são mãos de obra muito mais capacitada do que os homens. Nós não estamos discutindo a inteligência... não é isso. Nós estamos discutindo a disponibilidade de querer estudar e se capacitar. E as mulheres estão mais capacitadas que os homens. Portanto, o trabalho da mulher é menos valorizado do que o trabalho do homem.

Como já foi dito pela nossa Presidente Zilda Zompero, realmente as mulheres não estão ocupando grandes cargos de chefias, tanto na iniciativa...

s/lcb

0703au07.lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a CLÁUDIA AQUINO DE OLIVEIRA -...não estão ocupando os grandes cargos de chefia, tanto na iniciativa privada quanto também na iniciativa pública, nos órgãos públicos, a maioria não são as mulheres.

E aí nós perguntamos por quê? Nós precisamos fazer essa pergunta e procurar respostas. Dia 26 de janeiro a 09 de fevereiro deste ano, num prazo de uns quinze dias, foi feita uma pesquisa em 27 países do mundo. E foi perguntado às mulheres e meninas qual era situação mais importante que elas encaravam? Dos 27 países no mundo a primeira situação encarada assédio sexual; a segunda, violência sexual; a terceira, violência física; quarta, violência doméstica.

No Brasil as mulheres quando responderam essa pergunta, mulheres e meninas, elas apontaram em primeiro lugar a violência sexual. No mundo, a maioria, assédio sexual. Brasil, violência sexual; segundo, assédio sexual; terceiro, violência física; terceiro, violência doméstica. Essa é a situação das mulheres no mundo e no Brasil.

Vejam bem, o código civil nosso de 1916 dizia: “o marido é o chefe da sociedade conjugal”. Então, estava escrito na lei. Em 2002, ontem 2002, que mudou a lei, a redação da lei foi modificada, “pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consórcio, companheiros e responsáveis pelos encargos da família”. Esse é o mundo que nós vivemos.

Foi feita uma pesquisa de igualdade entre sexos e dessa pesquisa resultou-se no seguinte: Qual a pergunta: “Os homens devem ser a cabeça do lar no Brasil”? Essa pesquisa de junho e maio de 2013, cinco anos atrás. Quarenta por cento das pessoas responderam que sim, que o homem deve ser a cabeça do lar.

Então, meu amigos, amigas, plateia, debatedores, com essa cultura que nós temos do patriarcado que ainda está enraizada nas pessoas, homens e na própria mulher, porque até fico perguntando, porque quem cria o homem é a mulher, ainda é, Deputado, quem está dando o maior ensinamento no lar ainda é a mulher, e ela cria o homem e ele é criado com essa ideia de que ele é o chefe, que ele tem que mandar. Então, no mercado de trabalho ele prefere pagar mais para o homem...

...s/drm...

0703au08.drm

A SR^a ZILDA ZAMPERO -...então, no mercado de trabalho ele prefere pagar mais para o homem do que para uma mulher ainda que a competência e a capacidade seja a mesma. Então, nós temos essa cultura infelizmente nós precisamos caminhar, nós precisamos modificar, quer dizer que precisamos fazer trabalho Deputado inclusive na educação, lá naqueles meninos e meninas que são jovens, pequenos, que estão tendo uma formação que eles entendam que não existe diferença entre homem e mulheres, aliás, temos que ter educação para respeito, para idoso, etc.

Eu fiz essa colocação para nós começarmos questionar as razões, porque temos que combater a causa da onde vem essa ideia? E as más notícias.

A desigualdade de gênero este ano foi publicada em março, 144 países e nós estamos ocupando a nonagésima posição, a nonagésima. O que se tem de previsão?

Equidade de gênero daqui a 95 anos, igualdade salarial outra pesquisa da Oxfam Brasil, em 2049, o fórum econômico fala que em 2095, quer dizer, as são péssimas.

E desigualdade os 90% que eu já citei, mas nós temos legislação o Brasil, ei vou só fazer uma citação, vou deixar muito mais a legislação para os nossos magistrados também do trabalho que vão falar sobre esse assunto com muito mais propriedade do que eu. Mas a nossa constituição Federal, alias, antes dela, a nossa CLT de 1943, já consta no seu artigo 461, que sendo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

idêntica a função a todo o trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade, ou idade, isso é cumprindo? E aí temos aqui os representantes do Ministério Público do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho que também vamos ouvi-los com muita ansiedade, como anda este cumprimento? Quais são as providencias? Se isso é fiscalizados quando vocês vão até as empresas? Queremos saber como está a fiscalização e a providências tomadas em relação ao artigo 461 da CLT.

E ele trouxe uma novidade agora na reforma trabalhista, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, foi incluído paragrafo 6, onde diz que “comprovado essa discriminação por motivo de sexo, etnia, o juiz determinará...s/CAC...

0703au09.cac

A SR^a CLÁUDIA AQUINHO DE OLIVEIRA - ... sexo ou etnia o Juiz determinará além do pagamentos das diferenças salariais que foram constatadas durante o processo, uma multa em favor da trabalhadora, se no caso for uma mulher, discriminada, no valor de 50% do limite máximo do benefício do regime geral da previdência social. Eu ainda acho essa multa muito tímida, porque diz que infelizmente nós temos aquele mito, não sei se é mito ou se é verdade, que dói quando bate no bolso, então, se for assim, para os empregadores e empregadoras também, nós não podemos discriminar que é só o homem que emprega, que pratica a discriminação salarial, eu acho então essa multa muito acanhada para que a lei seja cumprida, mas já é um passo.

E na nossa Constituição de 88, quando sim, ela trouxe com clareza no seu texto a igualdade entre homens e mulheres, de que todos são iguais perante a lei, independente de sexo, idade, religião, etc, que é a nossa famosa constituição cidadã, no artigo 7º, inciso 30 também reforça essa ideia de que é proibido a diferença do salário do exercício de funções e critérios de admissão por motivo de sexo, olha aí, idade, cor e estado civil. E quem é o exemplo? Aonde nós devemos nos espelhar? Eu trago algumas informações que a Islândia é o primeiro país no mundo a impor essa igualdade salarial entre homens e mulheres. Ela aprovou uma lei no ano passado que entrou em vigor este ano, no dia 1º de janeiro em que existe uma multa para quem pratica, a empresa que pratica a discriminação salarial, a empresa é multada. E se a empresa tiver mais de vinte e cinco funcionários, na Islândia, ela deve, ela é obrigada a obter uma certificação oficial junto ao governo que comprove as suas políticas de igualdade salarial entre homens e mulheres, inclusive, publicar os salários para que as mulheres possam comparar se exercendo a mesma função estão ganhando menos que os homens, além das multas que são impostas. E lá, gente, diferente dos nossos 25% a diferença salarial entre homens e mulheres é de 14% a 18%, é muito menor.

Nos últimos nove anos, a Islândia está no ranking de exemplo de melhor país que trabalha essa.

s/lcb

0703au10.lcb

A SR^a CLÁUDIA AQUINO DE OLIVEIRA -...de exemplo, melhor país que trabalha essa desigualdade salarial. E meta dela de eliminar a desigualdade em 2020, daqui dois anos. E nós temos uma previsão para nós de 90 anos, ainda. E as notícias não são boas, porque no Brasil como eu disse ele está no nonagésimo lugar, e em 2006 quando foi feita a primeira pesquisa ele era o sexagésimo sétimo. Em 2015 foi para o octogésimo quinto. Em 2017 septuagésimo nono. Quer dizer, 67, 85, 79, agora nós estamos em 90. Então, nós, ao invés de melhorarmos, nós estamos piorando. E nós já temos a legislação. Então, a importância desse debate é muito grande, nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

queremos trazer uma conscientização para as mulheres dos seus direitos e exigir dos empregadores e empregadoras os seus deveres que é o dever da não discriminação.

Eu encerro a minha fala também com uma frase de Ângela Davis: “Não aceitarei as coisas que não posso mudar, e mudarei as coisas que não posso aceitar”. Portanto, mulheres, nós não podemos aceitar essa situação. E homens também, porque eu sou muito defensora do (heforshe), do eles por elas, eu acho que nós só vamos alcançar êxito nessa luta se nós tivermos homens ao nosso lado, nós precisamos estar ladeadas pelos homens também que tem mãe, que tem filhas, que tem avós, que tem irmãs e etc. Então, é para o bem da nossa sociedade, para que nós tenhamos uma sociedade que viva em harmonia e que tenha paz.

Muito obrigada (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Quero agradecer ainda a presença do Dr. Marcel Trentin, do Ministério Público do Trabalho; também a Presidente do CDM/SINTEP, Joscilene Barbosa dos Santos; Lucivani Raimond, da ASMAT, Associação dos Supermercados de Mato Grosso; também Joquebede Ribeiro Mourão Alves, Presidente da Comissão de Mulheres, no Instituto dos Advogados do Estado de Mato Grosso.

Quero só comunicar a todos os palestrantes, todas as pessoas que farão o uso da palavra, para que possam ser o mais breve possível no sentido de termos uma audiência bastante positiva...

...s/drm...

0703au11.drm

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) -...termos uma audiência bastante positiva.

Quero convidar são vários inscritos para está falando, eu vou convidar primeira palestrante Doura que vai fazer uso da palavra Dr^a Amini Haddad Campos, juíza de direito, ela será a primeira palestrante da noite de hoje. E por sinal acabo de receber um presente aqui também de um livro da Dr^a Amini Haddad Campos, vulnerabilidades sociais e direitos humanos, acabei de receber esse presente. Muito obrigado, doutora.

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS – Obrigada a todos vocês, boa noite a todos!

Primeiramente gostaria de agradecer essa oportunidade, parabenizar o Deputado Wagner Ramos, por essa conduta, essa iniciativa, parabenizar a BPW por toda atuação, pelo exemplo, que são, pela atividade que desenvolve não só no Brasil, mas no mundo todo, para a questão da emancipação das mulheres.

Hoje nós estamos e precisamos perguntar primeiramente porque, qual é a intenção desta Audiência Pública. Quais são as realidades vivenciadas pelas mulheres, quais são as realidades sociais que nós temos hoje não só no Brasil, mas no mundo.

E quais são os programas que nós temos no Poder Legislativo entremate que leva questão da igualdade salarial.

Bem, primeiramente nós precisamos para trabalhar questão da mulher, ou melhor, da questão de gênero, porque hoje há muita distorção com relação essa palavra, muitas pessoas confundem várias temáticas relacionadas a essa perspectiva de gênero, nós temos a viabilidade de entender a questão de gênero a partir de uma ideologia de gênero que é a identidade de gênero, que propõe a superação da classificação sexual e temos a outra pauta especifica do feminismo porque a pauta da ideologia de gênero ou da identidade de gênero é uma pauta pós feministas onde não há

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

mais a luta específica em relação ao sexo, as classificações pelo sexo, já a pauta feminista é na perspectiva de gênero, ou seja, eu passo uma leitura social do lugar do feminino, do gênero feminino na sociedade, e isso para nós é imprescindível, porque eu só posso fazer uma leitura social...s/CAC...

0703au12.cac

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - ... na sociedade. E isso para nós é imprescindível, porque só posso fazer uma leitura social se eu tenho uma categoria de análise. Se eu não tiver a categoria sexo para analisar eu não tenho como analisar o lugar da mulher, porque é exatamente esse elemento específico que faz com que eu tenha uma projeção estatística com relação a salários ocupados por homens e mulheres, cargos ocupados por homens e mulheres, participação de mulheres no Senado, participação de mulheres na Câmara dos Deputados, então, temos que levar em consideração essa temática e lutar para que continuemos tendo sim, essa categoria de análise. Para nós, mulheres, é imprescindível a categoria de análise na perspectiva de gênero, ou seja, a partir do sexo. Não existe outro medidor possível para essa verificação. Imaginem vocês se tivesse a superação da classificação do sexo e somente uma categoria, que seria os gêneros, que é a proposta da identidade de gêneros. Nós teríamos vários gêneros, uma multiplicidade de gêneros, impossível chegar a um medidor comum com relação ao sexo feminino. Nós temos até gêneros que são considerados assexuados que não querem nenhuma classificação sexual e que lutam, inclusive, aconteceu no Canadá uma ação judicial para que não seja identificada na certidão do nascimento qual o sexo. E fica vazio, **insignia** assexuado para no futuro criar-se uma identidade de gênero. Isso é um problema para o feminino. E a luta feminista precisa estar alerta para essas questões também. Nós precisamos dessa classificação, para nós é imprescindível essa classificação.

Mas passado isso, temos que ter em mente algumas questões prioritárias. Por que hoje a mulher ocupa esse lugar? O que aconteceu com a disposição histórica do feminino na nossa sociedade, no mundo, não só no Brasil? Se fizermos um mapeamento social nós vamos ter várias leituras a partir do patriarcado com sentidos diversificados que criaram estrutura de um sistema a partir do patriarca, de uma estrutura, ou seja, de uma medida estrutural a partir da autoridade do pai, do patriarca, por isso o conceito pátrio poder....

s/lcb

0703au13.lcb

A SR^a AMINI HADDAD DE CAMPOS -...do patriarca, por isso o conceito pátrio poder. Posteriormente, nós temos uma questão relacional com relação a situação da posição da autoridade masculina. E por último, os últimos estudos, o conceito cultural do feminino, onde vem essa construção de desvalia no sentido do feminino. E nós podemos pegar isso nos dicionários, não precisamos ir muito longe na teoria. Qual é o conceito no dicionário de mulher vadia? Qual é o conceito no dicionário de homem vadio? Eu só mudei o gênero da palavra, mas homem vadio é um homem que não quer trabalhar. E a mulher vadia eu acho que não preciso dizer o que é.

Por que nós temos conceitos diversos para homem honesto e mulher honesta? Eu só estou falando da cultura para vocês terem uma visão. Então, nós temos toda uma estrutura que vem desqualificando o feminino, e essa desqualificação é tão absurda que em alguns países faz-se na verdade, usa-se a tecnologia da medicina para ver se o feto é ou não menino, e se for a prática de feticídio, milhares de meninas são eliminadas na China, nos países árabes, na Ásia, no continente todo, na África. Eu trouxe vários números, eu iria apresentar, eu pensei que teria um data show rodando aqui, eu iria demonstrar isso para vocês, para vocês terem mais ou menos essa ideia. Eu poderia citar aqui vips teóricos desde Schopenhauer, Kant, Jelé, Michelê, para trazer exatamente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

toda essa construção dessa inferioridade do feminino, e portanto de uma cultura que criou um espaço muito específico e exclusivo para as mulheres, espaço doméstico. Portanto, essa desqualificação, e aqui eu quero primeiramente parabenizar a exposição da Dr^a Cláudia Aquino que trouxe exatamente isso, esse questionamento do porque esse espaço e são tão lentos para se alcançar essa equidade, por que ainda lidamos com tantas diferenças salariais...
...s/tmr...

0703au14.tmr

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - ... se alcançar essa equidade, por que ainda lidamos com tantas diferenças salarias? Vou falar para vocês no mundo jurídico chega a 43, 45%.

Eu me lembro de ter recebido, quando eu ainda estava atuando na Vara de Combate à Violência Doméstica, uma advogada que me perguntou, porque o colega de trabalho estava saindo para um mestrado, ela já tinha concluído o mestrado, mas ele era quem gerenciava, era o gestor do escritório. E ela foi chamada pelo dono do escritório, na verdade, o proprietário maior desse escritório com uma proposta de pagamento de 50% desse outro colega, com uma diferença de 50%.

Então, nós temos várias situações que precisam ser analisadas, mas nós precisamos mudar inúmeras políticas públicas para fins de conscientização.

Eu posso dizer aqui para vocês. Eu fui a redatora do Projeto de Lei que hoje está em curso no Congresso Nacional. Já passou por todas as Comissões de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, que é o Projeto de Lei nº 4.857/2009 que foi apresentado pelo Deputado Federal Valtenir Pereira. Mas esse Projeto, o último movimento dele data de 2015. Essa estrutura toda, nós sabemos que tivemos muitas modificações no ano de 2017 até melhorando muito o contexto do 461, da CLT, do artigo específico que trata em relação à essa diferenciação de salários, mas, infelizmente, no Brasil a linguagem de entender que é proibido precisa de uma penalidade. As pessoas precisam entender que isso é crime como é o racismo. É crime o racismo, inclusive apenado de uma forma muito dura.

Então, precisamos ter em mente que a mera situação de detalhamento de uma indenização e até de multa talvez resolva. Até porque temos outros projetos de lei que estão em curso na Câmara dos Deputados, especificamente, em relação à fiscalização desses pagamentos, como monitorar as empresas, como monitorar os órgãos em relação a esses pagamentos salariais. Então, é tudo muito complexo. Às vezes, uma denúncia funciona muito mais para efeito criminal. Foi o que veio a mudar muitas das concepções de várias situações que nós tínhamos em relação à discriminação, inclusive na .../tan

0703au.15.tan

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS – ... das concepções de várias situações que nós tínhamos com relação a discriminação, inclusive na perspectiva de raça ou etnia.

Então, nós precisamos repensar as estruturas Políticas Públicas Legislativa, Executiva. E quando eu falo a ingestão por parte do Executivo, nós temos várias possibilidades de criar uma releitura cultural, eu falo isso por que... Vocês lembram como que era a propaganda anterior do cigarro, né? Hollywood ...Tal... O negócio era bonito, todo mundo se sentia até

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

empolgado em experimentar a fumar, e como é hoje a leitura do cigarro? Através de que? Através de uma política pública bem evidente de informação de que isso faz mal a saúde.

Porque não consignar nessas propagandas tão desqualificadoras do feminino, qual é o lugar da mulher? Liguem a televisão e comecem a questionar em cada passagem da mídia. Que lugar é o lugar da mulher? O que é na verdade diuturnamente mantido numa consciência social e vocês vão ser surpreendidos. A mulher é uma propriedade, é uma coisa, o corpo totalmente exposto, a forma de apresentação desse feminino, o lugar do feminino doméstico, normalmente com produtos de limpeza, enfim. Então, vocês vão começar a entender como é difícil fazer com que a sociedade entenda uma cultura de equidade, quando na verdade nós somos manipulados a permanecer em uma estrutura viciosa de desigualdade de desqualificação.

Uma política Judiciária, por exemplo, eu vejo vocês que lidam com direitos sabem disso, o que é que acontecem com os processos judiciais, né? Quais são os nominativos que as mulheres recebem, são rotuladas?

Nos casos de estupros, então, é triste! Deveria haver uma política Judicial de conscientização de que as defesas dessa forma não poderemos ser aceitas, porque são violadoras da constituição.

O que autoriza um estupro é o tamanho da saia de alguém? O fato de ela estar numa boate 1h da manhã, dela estar embriagada? Vemos algo parecido ou próximo, mas... É isso que autoriza o estupro? É legítimo o estupro em algumas situações?

Até pouco tempo Néelson Hungria, Noronha, defendiam que pelo débito conjugal o homem poderia estuprar a sua mulher...

...s/drm...

0703au16.drm

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS –... Noronha, defendiam que pelo débito conjugal o homem poderia estuprar a sua mulher, isso está nos livros e somente foi modificado a partir de 1998, 1999 que começaram a mudar esse conceito de debito conjugal que jamais poderia ser com legitimidade e violência.

Então, que conceito é esse de família, que estrutura é essa que nós temos, que leitura é essa que nós temos de sociedade. Nós falamos muito que queremos viver a equidade, mas ela começa de maneira muito básica nas relações inclusive familiares, Eysenck que é um grande teórico que construiu as bases dessas perspectivas de gênero que é uma leitura social a partir de atos de violência, sua projeção relacional e família, comunidade, sociedade.

Então, temos uma **profissão** nessa violência, essa desqualificação na família, parece até realmente que ainda estamos vivendo na maldição que em gênese, “o seu desejo será para o teu marido ele te dominara”, estamos vivendo sobre essa maldição? É necessário questionar, porque é uma cultura que precisa ser superada.

Então, podemos ter politica de gestão partido do executivo de uma maneira muito simples, imagine vocês essas propaganda passando, até novela passando uma cena que desqualifica a mulher vela lá uma tarjinha, um informe ao final consignando “violência contra a mulher é crime” violência contra mulher ofende a família, a sociedade, enfim o todo.

A violência contra a mulher ofende os direitos humanos, precisamos começar isso, é muito simples, quem tem a concessão? A União da a Concessão com relação as emissoras de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

televisão, então é possível através do de algo tão parecido quando se dá fazer um tipo de política pública de gestão nesse sentido.

Nós podemos, a partir do legislativo criar essas estruturas de dialogo como nós estamos construindo hoje, parabéns Deputado Wagner Ramos por sua iniciativa e acredito que podemos criar comissões de especialistas, mulheres para serem consultadas em alguns situações especificas de interesse.

O Deputado me questionou se esse projeto que eu redige que foi apresentando pelo Deputado Federal Valternir Pereira...s/CAC...

0703au17.cac

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - ... que foi apresentado pelo Deputado Federal Valtenir Pereira adaptado para Mato Grosso onde coloco-me à disposição para readequar, logicamente, porque algumas disposições da lei são mesmo para o âmbito federal para que possamos de alguma forma de se adequar às estruturas, inclusive, de funcionalidade de órgãos, com relação à carreiras para que haja na verdade essa perspectiva de direitos humanos, essa atuação de compromisso em defesa da equidade, uma estrutura de funcionalidade tanto do setor público como também do setor privado. Hoje temos em nível nacional certificações, empresas que comprem a equidade representativa. Nós temos certificações do Brasil que ainda não temos isso e poderia ser criada uma forma de cerificação das empresas para dizer que são empresas que contribuem para a equidade. É necessário pensar políticas públicas, podem ser estruturas sim, basta na verdade uma vontade política para de fato concretizá-las.

Eu, hoje estou na coordenação, não atuo só como magistrada, estou também na coordenação de um núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso que é um núcleo de vulnerabilidade, é o NEVU e temos feito muitas pesquisas, inclusive, quantitativas das situações que são vivenciadas mas por mulheres no mundo todo. Se eu pudesse passar para vocês, eu vou deixar um material com a BPW, já passei o meu e-mail, vocês terão disponível, não sei se é possível a BPW de alguma forma dar acesso ou talvez até mesmo na Assembleia Legislativa esse acesso acontecer para você terem um mapeamento das legislações internacionais, foi com o que eu trabalhei na minha tese de doutorado em direitos humanos. Hoje eu estou trabalhando especificamente por causa do doutorado em processo PUC de São Paulo especificamente com relação acesso à justiça. E o que eu tenho encontrado de dados será realmente muito interessante para ser também catalogado.

Então, precisamos fazer esse trabalho, fazer essa pesquisa, na realidade do feminino, infelizmente ainda é essa desqualificação, basta que pensem agora que apenas no final do século XIX as mulheres tiveram direito aqui no Brasil, eu estou falando Brasil, o direito no ensino fundamental e só depois o acesso à universidade, por sinal, tivemos uma médica, que foi a primeira a enfrentar toda essa estrutura, ela conta a história do que ela passou para chegar aos bancos universitários e como ela era tratada...

s/lcb

0703au18.lcb

A SR^a AMINI HADDAD DE CAMPOS -...aos bancos universitários e como ela era tratada nas salas de aula. Foi a primeira mulher a se formar em medicina e isso na Bahia e é a segunda da américa latina. Então, é necessário repensar tudo que nós estamos vendo na sociedade, e a minha primeira postura é uma crítica específica. Primeiro, qual a nossa contribuição nisso? Qual o nosso papel onde nós estamos inseridos, homens ou mulheres? Qual a estrutura que nós criamos ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nosso redor? Eu sou mãe e aqui eu tenho a oportunidade de ter à Mesa o meu marido, Promotor de Justiça, um homem muito qualificado, um companheiro de fato. Nós somos pais de um casal de filhos e nós trabalhamos essa conscientização com eles, esse olhar para um comentário de um professor ou um comentário de um aluno para se ter em mente o que aquilo de fato representa. Eu vou trazer um exemplo muito específico da minha filha que chegou com um livro e a imagem estava escrita: “a família ideal”. E a imagem era bem interessante, porque ela sempre me viu falando dos direitos das mulheres, enfim, e a imagem era bem assim: “A mulher estava na cozinha cozinhando, o homem estava assistindo televisão numa cadeira de balanço bebendo uma cerveja. A menina estava no chão brincando de casinha e boneca, e na janela você via o menino, o filho, brincando de jogar bola”. Esse era o retrato da família ideal. E eu perguntei a minha filha: o que você acha de fato sobre essa imagem dessa família. Eu quero que você comece a perceber o que essa imagem de fato representa? Existe um lugar específico, exclusivo do feminino?

Quando aquele homem em 2015 entrou naquela aeronave e disse: “Eu não vou permanecer aqui”, um homem engenheiro de 42 anos, “porque uma mulher está pilotando esse avião”. O que ele dizia, o que significava essa frase? Não é tão somente a discriminação, naquele momento, mas é um processo histórico evidente do lugar do feminino, e nós precisamos entender qual é o nosso lugar. Que lugar é o nosso? Será que eu tenho alguma hierarquia existencial? Será que há mais humanos e outros menos humanos? Será que todos nós não temos o direito de desenvolver as nossas potências, nossos talentos...

...s/dmm...

0703au19.dmm

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS –...de desenvolver as nossas potências, os nossos talentos, contribuir com paridade é uma missão de todos, porque um desequilíbrio na família pode significar muitos desequilíbrios sociais.

Às vezes olhamos crimes absurdos, assassinatos de mulheres, pai de família matando a sua própria esposa. Até pouco tempo legítima defesa da honra era feita. Quantas mulheres morreram e os seus assassinos não foram punidos com base na tese da legítima defesa da honra. Gente, até pouco tempo isso estava em todos as doutrinas. Olhem isso!

Se olharmos o Código Civil de 2002 e o anterior, nós vamos ter bem o parâmetro cultural desse lugar do feminino.

Hannah Arendt tem uma frase muito interessante, muito profunda, que fala que a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos. Uma grande teórica.

Eu poderia aqui narrar várias e várias mulheres, eu trouxe aqui, porque comumente há teóricos como Theodor Von Bischoff, que vocês devem ter ouvido falar, um grande pensador, filósofo, cientista, que no Século XIX fazia medições dos cérebros humanos para simplesmente legitimar teoria de superioridade do homem em relação a mulher, e eis que o peso desse cérebro masculino era a média de 1250 gramas, ele pesava cérebros femininos e dava em média de 1250 gramas, ele foi um dos teóricos que fundamentara as mais diversas legislações discriminatórias contra as mulheres.

Até pouco tempo, quando eu me formei no Notre Dame de Lourdes, nós tínhamos trabalhos manuais, as nossas aulas eram, na verdade, focadas em estruturas específicas no lugar do feminino, a costura, o bordado, enfim. Nada contra isso, eu acho que todos podem fazer essas atividades, só que outros tinham área de ciência, áreas de formação intelectual...

...S/TMR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au20.tmr

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - ... de ciência, áreas de formação intelectual de fato produzida para fins de atuação em função e profissionalização e nós tínhamos que fazer isso. Eu recebi essas aulas. Hoje isso não é pensado. Mas isso foi a minha realidade. E eu não nasci a tanto tempo atrás. Então, nós precisamos ver. O que o ... fez? A vida dele foi isso para provar a desqualificação da mulher para a mulher não assumir cargos de autoridade. E eis que deixou, porque ele era considerado uma sumidade teórica. O homem era o fenômeno de inteligência. Ele deixou o cérebro dele para ser investigado. E fizeram o peso dele depois e deu 1.245 menor do que o cérebro do peso da mulher.

Para vocês terem uma ideia. Porque a lógica, gente, não é o peso do cérebro. Nós temos ramificações, conexões, que criam toda estrutura do pensamento da agilidade.

Eu acho que o meu tempo acabou.

Eu quero agradecer a vocês por esta oportunidade, eu fico à disposição. Eu trouxe muito material. Vocês podem contar comigo não só como magistrada, como juíza, mas na área de pesquisa, de produção na Universidade Federal de Mato Grosso, onde eu sou professora e coordenadora específica dessa Pasta.

Quero aqui parabenizar por todas as atuações procedidas, por todas essas pessoas que estão aqui e se apresentam, na verdade, com esse interesse, porque a partir de uma ação que a realidade pode ser de fato modificada. Obrigada a todos! Boa noite! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Dando continuidade, convidamos para fazer uso da palavra o Sr. João Cesário, Juiz do Trabalho da 23^a Região.

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – Boa noite a todos!

Antes propriamente de iniciar a minha fala, que será breve na medida do necessário apenas para que todos possam se manifestar e discutir esse tema tão interessante, mas antes de iniciar eu não posso deixar o meu agradecimento à BPW por ter me convidado para que hoje estar presente e tratar de um tema tão relevante à nossa sociedade.

E obviamente agradeço a entidade na pessoa da Presidente .../tan

0703aub21.tan

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO –... E obviamente agradeço a entidade na pessoa da Presidente Zilda, mas não poderia deixar de agradecer especialmente a minha amiga Cláudia Aquino que me fez o convite para estar aqui hoje. E ao agradecer a Cláudia, eu aproveito já e saúdo toda a Mesa.

Queria fazer o registro que conheci a Cláudia depois que vim para Mato Grosso, e que ocorreu no meu caso há dezoito anos atrás, e nós nos conhecemos, desde então construímos uma amizade ao longo desse tempo, e nesse tempo eu fui descobrindo algumas afinidades que eu mantinha com a Cláudia e não sabia, por exemplo, a minha primeira formação, a minha primeira graduação é de zootecnista, e a Cláudia também é zootecnista de formação, além disso nós somos da mesma cidade ambos nascemos em Uberaba- Minas Gerais e militamos na área Jurídica. Então, em função disso construímos uma amizade que hoje já se estende ao Thales, filho dela.

Agradeço-te muito Cláudia, e tenho certeza que esse convite se deve muito mais a sua generosidade do que propriamente aos meus méritos. Porque embora eu seja Juiz do trabalho e professor de Direito, a minha área de investigação acadêmica é o direito processual e eu reconheço,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

não tenho autoridade acadêmica para falar sobre esse tema, ainda si a Cláudia me convidou, e certamente assim o fez por generosidade, e o convite de tão generoso de uma migo, ainda que nós não sejamos preparados para atendê-lo, nós não podemos deixar de aceitar. Muito obrigado Cláudia!

Bom, vou estruturar a minha fala basicamente em quatro momentos talvez. Inicialmente eu gostaria... Obviamente situando o meu lugar de fala, vou falar a partir de uma perspectiva jurídica por questão de formação, haja vista, que eu sou Juiz e também sou professor de Direito.

E situado esse lugar de fala, quero dividir o meu discurso em quatro etapas, basicamente, inicialmente quero falar um pouco de história do Direito, fiquem tranquilos que será rápido! Porque eu gostaria de enfatizar algo que talvez seja esquecido, que é a contribuição das mulheres para o desenvolvimento de um ramo Jurídico chamado Direito do Trabalho, que é o ramo que nos reúne hoje, haja vista, que nós estamos discutindo um tema que é absolutamente afeto ao direito laboral que é o tema da igualdade salarial. Dito isso, eu vou posteriormente procurar demonstrar que nós temos um arcabouço jurídico construído em convenções internacionais, na nossa constituição, na consolidação das Leis do trabalho que é extremamente generoso para com as mulheres, para na sequência avançar e demonstrar que...s/drm...

0703aub22.tan

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO-... extremamente generoso para com as mulheres, para na sequência avançar e demonstrar que em que pese nós tenhamos arcabouço jurídico tão generoso, a nossa prática jurídica é absolutamente aviltante em relação aos direitos das mulheres.

Nós temos belas leis e temos uma realidade que negligencia como, atendimento que essas leis reconhece as mulheres. Eu vou trazer aqui, brevemente alguns elementos estatísticos para procurar ilustrar a minha afirmação e posteriormente confrontado o nosso arcabouço jurídico e demonstrado o paradoxo da assistência de direitos reconhecidos em leis, mas não praticados.

Quero aqui haja vista que estamos numa Audiência Pública, procurar apontar alguns caminhos e propor a criação de um fórum que está Audiência Pública seja apenas um início de um fórum no qual possamos pensar políticas públicas como bem ressalta a Dr^a Amini, que me antecedeu na tribuna, para poder transformar aquilo que na constituição é uma promessa em algo efetivamente concreto.

Pois bem, o direito do trabalho, ele é criado a partir de um momento histórico que nós chamamos de revolução industrial que ocorre em meado do século VXIII na Inglaterra. E o que basicamente nós temos de peculiar neste momento histórico, aquilo que nós conhecíamos como trabalho é finalmente transformado em emprego, em virtude da introdução da maquina vapor no processo produtivo, nós temos as base para uma produção de larga escala, essas bases para uma produção de larga escala ela demandou duas coisas. Primeiro a reunião de um grande contingente de trabalhadores no mesmo ambiente de trabalho e nós temos aqui finalmente criado uma classe que hoje nós conhecemos a classe trabalhadora.

E outro aspecto relevante a destacar neste momento é que, em virtude dessa reunião de um grande contingente de trabalhadores em mesmo ambiente de trabalho de modo a criar também uma classe consumidora para os bens de produção que eram feitos em larga escala, surgem no mundo alguns movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho. Interessante frisar aqui a primeira coisa que eu gostaria de sublinhar, as mulheres jogam um papel decisivo na construção desses movimentos reivindicatórios, então nos temos uma reunião...s/CAC...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au23.cac

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO - ... desse movimentos reivindicatórios. Então temos uma reunião de trabalhadores do mesmo ambiente de trabalho, esses trabalhadores são submetidos às mesmas condições degradantes de trabalho, eles criam entre eles vínculos de solidariedade a ponte de construir uma classe, a classe trabalhadora e deflagram movimentos reivindicatórios. Nesse grupo de trabalhadores existiam não apenas homens, mais também mulheres e pasmem: crianças. E as mulheres criam o bordão reivindicatório que até hoje nós conhecemos como aquele que mais caracterizou esse momento histórico. O bordão, obviamente esse movimento surge na Inglaterra, o bordão era construído em inglês, que era algo mais ou menos assim: *eight hours to work, eight hours to play; eight hours to sleep, eight tiles a day* - oito horas para trabalhar, oito horas para descansar; oito horas para dormir, algo como oito moedas ou oito dinheiros por dia, são as mulheres que queriam esse bordão mostrando a criatividade que elas possuem além de nós, homens, que a Sr^a Cláudia ressaltou na fala dela.

E uma segunda questão também que é pouco notado, uma questão histórica que também é pouco notada e que precisa ser sublinhada, é aquela que diz respeito a criação do Dia Internacional da Mulher, que nós celebramos, hoje, no dia 08 de março. O Dia Internacional da Mulher ele surge também em função da luta das mulheres trabalhadoras. No ano de 1857, um grupo de trabalhadoras na cidade de Nova York, trabalhadoras de uma indústria têxtil na cidade de Nova York deflagraram um movimento grevista na qual entre outras pautas elas reivindicavam, vejam o que: isonomia salarial com os homens. Isso no ano de 1857! Elas se mobilizaram, construíram uma greve que gerou um movimento muito grande e que paralisou a atividade produtiva. E como em reação a esse movimento a fábrica onde elas estavam aquarteladas foi criminosamente incendiada e mais de uma centena de mulheres vieram a falecer em virtude desse incêndio criminoso ocorrido em 08 de março do ano de 1857. E olha que interessante também, algo que a Dr^a Amine e a Dr^a Cláudia destacaram nas suas falas, o quanto às vezes as coisas demoram para as mulheres, não é? Como o reconhecimento às mulheres às vezes é demorado. Esse episódio histórico ocorre...

s/cms

0703au024.cms

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – ... às vezes, é demorado. Esse episódio histórico ocorre em 8 de março de 1857, somente no ano de 1975, ou seja, 118 anos depois é que a ONU veio reconhecer que esse dia deveria ser comemorado como sendo o Dia Internacional da Mulher. Vejam bem, demandou-se 118 anos para que houvesse esse reconhecimento por parte da ONU.

Então, o que é que eu quero enfatizar com isso? Esses movimentos reivindicatórios foram a força motriz dos direitos de índole social, entre eles o direito do trabalho que reconhece a igualdade de gêneros no mundo do trabalho entre homens e mulheres, que dispõe enfaticamente que não há motivo algum para mulheres serem discriminadas por qualquer motivo que seja, inclusive, no que diz respeito aos salários.

Pois bem, depois de toda essa construção histórica no ano de 1917, pela primeira vez uma Constituição irá reconhecer direitos sociais aos trabalhadores, que é a Constituição Mexicana de 1917. Em 1919, também a Constituição de Weimar, a Constituição alemã de Weimar irá reconhecer os direitos sociais no seu corpo e curiosamente, também no ano de 1919 é criada a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Organização Internacional do Trabalho, tudo isso como resultado e o ápice do acúmulo de luta de trabalhadores e trabalhadoras para que esses direitos fossem finalmente reconhecidos.

Hoje, já partindo para o segundo momento da minha fala, temos um arcabouço legislativo extremamente poderoso para o reconhecimento do direito dos trabalhadores como todo e das trabalhadoras em específico.

Aqui, apenas à guisa de ilustração, isso é feito tanto no plano internacional por via de convenções da OIT, como no plano interno aqui no nosso caso brasileiro na Constituição da República e também na Consolidação das Leis do Trabalho entre outras leis. Para andarmos rápido apenas no plano da Constituição, irei procurar citar para vocês, brevemente e rapidamente, algumas disposições que constam expressamente na nossa Constituição no que diz respeito aos direitos das mulheres, mais especificamente das mulheres trabalhadoras. O *caput* da nossa Constituição diz que “todos são iguais perante a lei”. Todos. Todos mesmo, sem distinção de qualquer natureza, ou seja, aqui está dito no *caput* que homens e mulheres, por exemplo, são iguais. Mas, não satisfeito em dizer isso na cabeça do art. 5º, o inciso I, do art. 5º na sequência vem e fala especificamente: “Homens e mulheres são iguais...”...

...s/dmm...

0703au25.lcb

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO —... na sequência vem e fala especificamente: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Posteriormente, o art. 6º que elenca os direitos sociais reconhece que a proteção à maternidade é um dos direitos sociais que devem ser preservados na nossa república, e o art. 7º depois de dizer na sua cabeça que é de direito são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais além de outros que visam melhoria da sua condição social estabelece no inciso XX a proteção do mercado da mulher mediante incentivos específicos nos termos da lei, no inciso XXX a proibição de diferenças de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. No inciso XVIII diz que é também um dos direitos da mulher trabalhadora a licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário com duração de cento e vinte dias.

Pois bem, eu não vou avançar aqui, eu poderia citar outras disposições como a Cláudia citou sobre o art. 461 da consolidação das leis do trabalho e etc, outros dispositivos da lei 9.029/95, mas basicamente vou ficar aqui na constituição para vocês verem. A constituição é poderosa ao reconhecer direitos das mulheres, mas paradoxalmente quando nós investigamos a realidade nós vemos que aquilo que consta constituição lamentavelmente é apenas uma promessa. Ou seja, a constituição em síntese, pelo menos nesse específico, não tem passado de um pedaço de papel. Vejamos aqui, eu trouxe alguns elementos estatísticos que eu quero destacar aqui para vocês muito rapidamente. Primeira questão que eu gostaria de demonstrar para vocês é que homens e mulheres no mercado de trabalho eles não saem do mesmo ponto de partida. Olha aqui que interessante, eu tenho dados aqui do IBGE que apontam que as mulheres têm em média que um ano e meio a mais de estudo do que os homens. Enquanto os homens brasileiros estudaram em média sete anos e meio, as mulheres estudaram oito anos e meio. Ou seja, as mulheres têm um maior índice de estudo. Mas ainda sim a transição delas para o mercado de trabalho ela é mais demorada. Por quê? Por causa da cultura do patriarcado. É uma cultura do patriarcado, que eu deve dizer, e eu imagino que nós temos aqui na nossa plateia muitas mães, que talvez seja alimentado até mesmo pelas mães, pelo seguinte motivo. Por exemplo, a mulher, a criança do sexo feminino, ela aprende

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

desde cedo que o trabalho doméstico é coisa de menina, o trabalho doméstico não é coisa de menino...

...s/dmm...

0703au26.dmm

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO –... o trabalho doméstico é coisa de menina, o trabalho doméstico não é coisa de menino. Obviamente que isso vem da cultura patriarcado, mas essa cultura do patriarcado, eu preciso dizer, não raramente ela é alimentada pelas próprias mães, que sem perceberem estão impregnadas daquele ranço cultural e o transmitem sem imaginar. Perfeito?

O que acontece? E, posteriormente, as mulheres têm essa dificuldade de transição para o mercado de trabalho, porque elas estão afeitas ao trabalho doméstico na infância e na adolescência e, posteriormente, muitas delas acabam não realizando a transição ou fazendo a transição tardiamente em função de aspectos ligados à nupcialidade e à fecundidade. Ou seja, da cultura do patriarcado nós caminhamos para a cultura do machismo.

E aqui eu gostaria de ilustrar o que eu vou dizer. Eu tenho um dado que eu fui estudar, eu não conhecia esse dado e fiquei estarecido, o segundo ponto que dificulta que a mulher possa deslanchar no mercado de trabalho? Porque depois que ela casa, a cultura do patriarcado, como eu já disse, se transforma na cultura do machismo e é ela que não raramente é responsável pelas tarefas do lar.

Olha que dado interessante que eu tenho aqui: 98% das mulheres brasileiras que trabalham fora de casa, também se dedicam às atividades doméstica. Ou seja, elas estão submetidas a uma dupla jornada de trabalho. E sabem quantas dessas mulheres que têm a ajuda dos homens, dos maridos na realização dessas atividades domésticas? Apenas 30% delas. Ou seja, 98% das mulheres que trabalham fora se dedicam à atividade doméstica e desse contingente apenas 30% das mulheres têm ajuda dos seus maridos. O que é isso? O ranço cultural, porque o menino aprendeu quando ele era criança que trabalho doméstico é coisa de menina, não é coisa de menino. E obviamente que o marido continua pensando assim depois que se casa, e isso não raramente encisto, foi ensinado pela sua mãe, às vezes e não pelo seu pai.

Então, vocês que são mães, têm que começar a pensar em que medida eu estou contribuindo para a preservação da cultura do patriarcado? Em que medida eu estou colaborando para a preservação do machismo? Essa é uma boa indagação.

Outro fato estarecedor: ainda antes de iniciar o evento, eu tive a oportunidade de reencontrar a minha querida amiga Grazielle Cabral, que também é Juíza do Trabalho...

...S/TMR

0703au27.tmr

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – ... que também é juíza do trabalho assim como eu minha querida amiga, colega de magistério, e nós estávamos conversando algo que ela me disse e achei muito interessante. Nós estamos hoje discutindo uma questão salarial, mas o problema vai muito além da questão salarial. Nós temos outros grandes problemas no mundo do trabalho.

E um grande problema e um outro dado também que eu fui estudar e fiquei estarecido quando me depare com ele é o seguinte.

As mulheres são extremamente vitimizadas no ambiente de trabalho pelo assédio sexual. Veja bem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O tipo penal do assédio sexual está catalogando no art. 216-a do Código Penal. E o assédio sexual pode ser tanto praticado por homem ou por mulher. Porque na verdade o tipo penal do assédio diz que assedia aquele que constrange alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se da sua condição de superior hierárquico.

Ou seja, uma mulher pode assediar um homem? Pode! Mas comumente o que ocorre? É a mulher que é assediada por quê? Porque o sujeito ativo do crime de assédio sexual é o superior hierárquico. E a Cláudia ressaltou muito bem na fala dela que temos um número muito maiores de homens em cargos hierárquicos elevados e não de mulheres. Então, obviamente, são as mulheres que são as maiores vítimas do assédio sexual. E olha que estarecedor. Eu tenho um dado aqui que é um dado oficial da Organização Internacional do Trabalho que eu não sabia, confesso, e fiquei assustado quando me deparei com ele.

A Organização Internacional do Trabalho nos afirma que segundo pesquisas realizadas por ela 52% das mulheres economicamente ativas já foram em algum momento assediadas no trabalho sexualmente. E mais. A própria OIT nos assevera. Esse dado é um dado que se estima que seja na realidade maior, por quê? Porque nós temos uma subnotificação do assédio. A mulher, às vezes, se sente constrangida a denunciar que foi assediada.

Eu e Grazielle temos um colega aqui que julgou um processo em Cuiabá que é um processo que demonstra muito bem que pode ilustrar o que eu estou dizendo. No caso aqui não se tratava exatamente de assédio sexual, mas de assédio moral. Há uma instituição bancária com grande atuação no nosso país, eu não preciso dizer qual é, não vem ao caso, que tinha uma política de contratar apenas mulheres para fazer as vendas dos seus produtos.../tan

0703aub28.tan

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO –... Contratar apenas mulheres para fazer as vendas dos seus produtos, esses produtos... Previdência privada, aquelas coisas todas que o Banco costuma nos empurrar. E eles tinham uma política... Esse colega nosso conseguiu perceber isso em processo era uma ação civil pública que esse banco tinha uma política de contratar apenas mulheres para fazerem a venda desses produtos, e as mulheres atendiam a um padrão estético que se convencionou no nosso país machistamente, de se dizer que é a mulher bonita, enfim, esse padrão estético tolo, que é cultivado na nossa sociedade. E o gerente assediava essas mulheres, de tal forma a fazerem a venda dos produtos, que eles diziam, inclusive, que as mulheres deveriam se insinuar para os clientes do sexo masculino, que elas poderiam, inclusive, oferecer favores sexuais para fazerem a venda desses produtos. E por incrível que pareça, o gerente tinha um bordão para fazer esse incentivo, olha só, me desculpem a vulgaridade da fala, mas ele dizia nas reuniões: Dinheiro na mão, calcinha no chão! Olha as coisas com as quais nós deparamos nas nossas salas de audiência, não raramente, estarecedor isso em pleno século XXI.

Pois bem, vamos adiante, só para ilustrar, posteriormente chegamos no ponto nevrálgico que é aquele que efetivamente nós estamos reunidos, que é a questão da diferença salarial entre homens e mulheres.

Segundo dados do PNAD de pesquisa do ano de 2015, o rendimento médio dos brasileiros é de 1 mil e 808 reais, o rendimento médio, mas a renda média masculina de 2 mil e 12 reais e a renda média feminina é de 1 mil 522 reais, ou seja, algo de em torno... As mulheres recebem em média 500 reais a menos do que os homens. No Distrito Federal, por exemplo, os homens ganham em média 3 mil e 965 reais ao passo que as mulheres recebem 2 mil 968 reais, numa diferença em torno de 1 mil reais em média.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Olha que interessante paradoxalmente algo que eu também não sabia. Quanto mais elevado o grau de escolaridade das pessoas maior a diferença salarial, ou seja, as mulheres altamente escolarizadas quando comparadas com os homens altamente escolarizados, elas recebem ainda menos percentualmente falando do que os homens recebem, isso é o coroamento de tudo isso que eu acabei de falar.

Já caminhando para o final da minha fala, quero demonstrar o paradoxo que eu denunciava lá no início da minha explanação, que paradoxo é esse? Nós temos um arcabouço jurídico extremamente bem elaborado para defender os interesses das mulheres...s/drm...

0703au29.drm

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO –... jurídico extremamente bem elaborado para defender os interesses das mulheres, mas infelizmente ainda que nós tenhamos essas leis em mãos, essas leis não se transformam em realidade. e aqui mineiro que sou, eu não posso deixar de lembrar de Carlos Drummond de Andrade que nos diz assim em um dos seus poemas.

“As leis não basta, os lírios não nascem da lei, o meu nome é tumulto, escreve-se na pedra” aqui está a chave do tumulto.

Convenhamos nós juristas e aqui eu vou cortar na minha carne e ao corta na minha carne, sei que corto de muitos que estão a mesa, porque que sei que estão aqui, membro do Ministério Público, advogados, magistrados que compõem esta mesa. Eu não posso deixar de corta na carne e dizer, nós juristas somos extremamente presunçosos, nós achamos que o direito tem resposta para tudo na vida, e que as leis bastam, infelizmente, eu estou aqui numa Casa Legislativa, Deputado e o que vou fala agora não é uma critica a Casa Legislativa é uma crítica a nossa sociedade, porque a sociedade brasileira ela às vezes imagina, todas as vezes que nos deparamos com problema nós falamos o que? Vamos criar uma nova lei, nós achamos que essa hiperinflação legislativa que nós temos no país, só no plano federal nós temos aproximadamente hoje quatorze mil leis, isso só no plano federal, não estou falando do estadual e do plano municipal, nós achamos que vamos resolver os problemas criando leis, as leis são importantes, são extremamente importantes, eu louvo a existência das Casas Legislativas que são extraordinariamente importantes para a preservação da nossa democracia. Eu morro de medo do momento que nós tentaremos repetir o passado, eu vejo o futuro repetir o passado, Cazusa, e tentar fechar as Casas Legislativas, não se trata disso.

Nós temos que ter consciência que nós já temos muitas leis e temos leis de qualidade, porque as nossas Casas Legislativas não se trata disso, mas nós temos que ter consciência que nós já temos muitas leis e temos leis de qualidade, nossas Casas Legislativa, Deputado Wagner Ramos, tem produzido legislação de qualidade. Agora a lei não basta, absolutamente importante que nós estejamos mobilizados para concretizar aquilo que no corpo da lei não passa de uma promessa.

Tem uma frase de um constitucionalistas alemão, um constitucionalista que até mal visto, talvez até maldito no direito, porque ele tinha uma ligação...s/CAC

0703au30.cac

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO - ... no direito, porque ele tinha uma ligação, uma certa proximidade com o nazismo, que é o Carl Schmitt, mas ele tem uma frase que eu gosto muito. Carl Schmitt foi um grande constitucionalista e que hoje é visto como maldito no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

direito por essa ligação que ele tinha com o nazismo, mas ele tem uma frase que precisa ser recuperada. Ele tinha uma frase, não estou falando aqui na literalidade, mas ele dizia algo mais ou menos assim: que a sociedade é a Constituição viva. A Constituição no papel é linda! Ela é importante e ela é maravilhosa, mas a Constituição não é nada se a sociedade não estiver disposta a transformá-la em realidade.

Então, para finalizar, eu sei que tem muitos para falar ainda, quero parabenizar a BPW por ter convocada essa audiência pública para nós discutirmos esse tema tão relevante. E parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso na pessoa do Deputado Wagner Ramos por ter prontamente atendido o reclamo da BPW e ter organizado junto a entidade essa audiência pública. E por que eu digo isso? Porque ela é extremamente importante esse fórum de debate e de diálogo é que nos permite perceber que nós temos legislação de qualidade, mas essa legislação ainda não transformou em realidade. Precisamos hoje gerar o tumulto de que falava Drummond, ou seja, deflagrar o movimento para, se for o caso, aperfeiçoar a legislação, mas para muito além de aperfeiçoar ou criar a legislação nos organizarmos para divulgarmos o que existe na legislação, de apresentarmos, encaminharmos denúncia todas às vezes que percebermos que a legislação está sendo aviltada, de aparelhar o Estado para que possa fiscalizar o cumprimento da legislação. Eu sei que tem na mesa membro do Ministério do Trabalho, eu imagino que você falará disso, sobre o que eu vou tocar agora, mas eu quero adiantar, infelizmente é necessário dizer: o Ministério do Trabalho no nosso país, hoje, está sendo absolutamente desmontado, ele não tem condições, hoje, de fiscalizar adequadamente e na medida do necessário o cumprimento da legislação. Então, é importante discutirmos, por exemplo, políticas públicas das quais falou também a minha colega Amini, que são necessárias até mesmo para aparelhar o Estado para que ele possa cumprir a sua função fiscalizatória e para que ele possa aplicar adequadamente o direito administrativo sancionador que é tão necessário para a afirmação e a concretização...

s/cms

0703au031.cms

O SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – ...que é tão necessário para a afirmação e a concretização dos direitos. Isso sem falar nos membros do Ministério Público que estão presentes também, que tem um papel primordial nesse jogo haja visto que vocês são os fiscais do direito, vocês atuam como *custos iuris*.

Eu tenho aqui um membro do Ministério Público do Trabalho, o meu colega Joelson, que também é um amigo com quem eu tive a honra de cursar o meu mestrado e, sobretudo, temos a sociedade organizada e mobilizada pela BPW, parabéns.

Eu falei um pouco de Drummond e agora irei voltar, falei também um pouco da Alemanha e irei voltar para a Alemanha, encerrar a minha fala com uma frase que me veio à cabeça, que é de um dramaturgo alemão chamado Bertolt Brecht, ele dizia algo mais ou menos assim: “Nunca digam - isso é natural sobre o cotidiano, desvele o inexplicável, que tudo aquilo que é considerado habitual provoca inquietação. Na regra descubra o abuso e sempre que o abuso for encontrado, encontre o remédio.

Parabéns BPW! Vocês estão detectando o abuso, estão contribuindo para que possamos encontrar o remédio que irá salvar a nossa sociedade desses males que eu aqui narrei.

Muito obrigado a todos pela atenção, me coloco à disposição no que for necessário para que possamos a partir de hoje apenas deflagrar o movimento maior pela concretização dos nossos direitos. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Dando continuidade a nossa Audiência Pública, parabênizo o Dr. João pela palestra.

Convido para fazer uso da palavra, a Dr^a Graziele Cabral Braga de Lima, Juíza do Trabalho, 23^a Região.

A SR^a GRAZIELE CABRAL BRAGA DE LIMA – Boa noite a todos!

Quero cumprimenta-los na pessoa do Deputado Wagner Ramos; também fazer um agradecimento ao convite para estar aqui nesta noite; a BPW, na pessoa da Dr^a Cláudia Aquino, também uma grande amiga, uma profissional atuante, uma mulher exemplar que nos engrandece com esse convite, com a presença nas audiências e mostrando o papel da mulher no nosso dia a dia, inclusive, na esfera jurídica.

É muito difícil falar depois do meu colega João Humberto...

...s/dmm...

0703au32.lcb

A SR^a GRAZIELE CABRAL BRAGA LIMA -...muito difícil falar depois do meu colega João Humberto que nos abrilhantou como uma retrospectiva, nos trouxe aqui a história do direito onde a mulher influenciou muitas situações, nos trouxe a posição dos direitos defendidos na constituição federal. E eu quero... Quando a Dr^a Cláudia me fez esse convite, no primeiro momento, me veio à mente um caso, recém julgado por mim, da Sr^a Joana, obviamente um nome fictício atribuído a essa personagem real. Joana, uma mecânica industrial, trabalhando numa empresa de pequeno porte como mecânica industrial, rodeada de todos os demais funcionários homens. Joana ingressou com uma ação trabalhista por ter visto os seus direitos lesados, e os seus direitos foram lesados em vários aspectos, o primeiro deles na diferenciação salarial. Joana tinha o mesmo tempo de serviço de vários colegas, desenvolviam o seu trabalho com a mesma destreza e produção intelectual, e mesmo assim Joana ganha acerca de mil e quinhentos reais a menos do que seus colegas que estavam nas mesmas condições de trabalho. Joana ingressou com essa ação trabalhista requerendo a equiparação salarial. Mas além do que isso, uma situação bastante intrigante, o Dr. João Humberto, meu colega, colocando que nós nos deparamos todos os dias com situações inusitadas e que muitas vezes não conseguimos nem pensar que isso possa existir. Joana além de ganhar menos do que seu colegas, executando a mesma função que eles, também se sentina constrangida por que os seus colegas, isso era narrado na petição inicial e narrado por ela também no seu depoimento pessoal, uma situação até comovente, nós como mulheres sentimos isso na carne, e ela narrava que seus colegas não satisfeitos, o seu patrão e gerentes, não satisfeitos com essa situação de diferença salarial, ela sentia muito constrangida porque seus colegas só homens na empresa, eles não iam ao banheiro para fazer suas necessidades fisiológicas, o número um, vamos dizer assim...

...s/dmm...

0703au33.dmm

A SR^a GRAZIELE CABRAL BRAGA DE LIMA –... o número um, vamos dizer assim. O número dois não tem jeito. O número um ele simplesmente abriam o zíper em um lugar aberto, na frente da Joana, abriam o zíper da sua calça, tiravam o seu órgão genital e faziam xixi na frente de Joana. E Joana, na fala e na sua petição inicial e também no seu depoimento, com aquela

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

atitude, parecia para ela, não que ela tenha usado essa expressão, mas parecia para ela uma mensagem subliminar dizendo assim: Joana, o seu lugar não é aqui. Por que você inventou de ser uma mecânica industrial? Isso não é um papel de mulher, isso não é uma profissão de mulher. E o patrão ofereceu uma proposta de acordo bem vantajosa até, e Joana me disse: eu não quero, doutor, eu prefiro sair daqui com uma sentença, ela não falou com essas palavras, mas ela disse: prefiro sair daqui sem ganhar, mas que pelo menos eu tenha uma palavra de uma juíza, uma palavra de um juiz dizendo se eu estava certa, se aconteceu ou não aconteceu a situação.

Então, esse é o nosso cotidiano. Me lembro que eu até perguntei, na oportunidade do depoimento da Joana, se ela achava, não tinha nenhum pedido na petição nesse sentido, mas se ela achava que também a diferença salarial se daria pelo fato dela ser mulher. Ela disse que achava que sim, mas não seria um fator preponderante, mas vejam que o advogado, naquele momento, sequer cogitou dessa diferença salarial decorrer do fato de Joana ser mulher.

Então, eu trago essa situação para demonstrar o quanto isso é comum no nosso dia a dia, o quanto isso acontece e como o meu querido colega João Humberto fez questão de mencionar, inclusive com dados da OIT, nós não temos consciência nem de 10, 15% do que realmente acontece, porque nós percebemos que essas situações são veladas, ninguém reconhece, nenhum patrão vai reconhecer que está pagando menos para aquela pessoa por ela ser mulher, e isso é muito difícil ser comprovado, inclusive. Como é que eu vou levar uma testemunha e dizer assim: se Joana ganhava menos porque era mulher. Provavelmente o patrão jamais vai dizer isso, provavelmente no seu contrato não vai ter nada por escrito, ninguém vai ter ouvido ele falar...

...S/TMR

0703au34.tmr

A SR^a GRAZIELE CABRAL BRAGA DE LIMA - ...ninguém vai ter ouvido ele falar. “Olha, eu vou contratar a Joana e pagar menos, porque ela é mulher. Essa situação é velada. Tanto que nós observamos como o João falou. Nós temos leis, nós temos a Constituição Federal, nós temos o Art. 461 da CLT, mas o que nós observamos é que há muita dificuldade de se comprovar a existência dessa discriminação. E quando ela existe e cada dia é evidente aos nossos olhos muitos de nós, inclusive, mulheres, evitamos de falar. Quanta de nós – veja a maioria do nosso público é mulher – já não ouviram alguma situação: “Ah, ela conseguiu determinado cargo, determinada posição, porque ela é bonitinha, porque ela usa uma roupinha bonitinha, porque ela tem um jeitinho bonitinho”. Quantas situações nos sentimos ...? A questão do assédio sexual é evidente. E nós não precisamos chegar longe de ser propostas sexuais, mas muitas vezes o fato de uma mulher convidar, por exemplo, um homem: “Vamos fazer uma reunião. Vamos almoçar?” Se fossem dois homens uma situação normal. Você é mal interpretada por isso. Você está convidando aquela pessoa para uma reunião de negócios e ela muitos homens interpretam: “Bom, mas de repente nisso daí eu dou uma contada, de repente eu tenho êxito nessa situação”. E é o que nós vemos.

Essa discriminação existe e eu não preciso ir muito longe. Eu não preciso ir ao machismo do século passado. Eu vou bem ali ao meu pai.

Meu pai – e aí o João na hora que ele estava falando: “O menino cresce entendendo que não deve fazer o trabalho doméstico”.

O meu pai me colocava para lavar a louça e dizia assim: – eu falava: E o meu irmão? - ele falava: “O seu irmão é homem”. E eu lavava aquela louça com a água da torneira e com as lágrimas que corriam de raiva de eu está lavando a louça, mas mais ainda por eu estar me sentindo injustificada, porque eu sempre pensei: ora, bolas, o que significa pelo fato de eu ser mulher e ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

homem que nós dois não possamos ter as mesmas obrigações dentro do nosso lar, dentro da nossa casa.

Então, a minha fala vai ser bem breve porque juridicamente .../tan

0703aub35.tan

A SR^a GRAZIELE CABRAL BRAGA DE LIMA - ...Então, a minha fala vai ser bem breve, porque juridicamente em termos de legislação o Sr. João Lázaro esgotou o assunto, mas é uma fala prática, uma fala onde eu gostaria de demonstrar que de fato a situação é real, a situação da mulher vai além da diferença salarial.

Eu quis contar essa situação para observarmos esse caso, dessa senhora que se sentiu totalmente constrangida recebendo um salário menor e sendo obrigada a suportar uma situação altamente constrangedora por estar trabalhando num ambiente onde existiam só homens, certo.

Também parablenizo a BPW, nós precisamos como sociedade, como membros do Poder Judiciário, do poder Legislativo, e aqui parablenizo também o Deputado Wagner Ramos por essa iniciativa, pois essa situação tão velada, tem que sair do esconderijo digamos assim, tem que vir a tona, porque todo mundo acha que é simplesmente uma fala feminista, principalmente quando nós mulheres abrimos a boca, falamos assim : Ah, ela está defendendo a si mesma, ela está querendo... Ser feminista, rasgar mais sutiã, mas não. Não é isso! Nós queremos que a situações... É porque muita gente tem medo, receio.

A mulher sofre diariamente situações constrangedoras no seu ambiente de trabalho, e digo para vocês e vocês sabem, independente do poder econômico da posição hierárquica, a mulher sofre diariamente vários tipos de discriminação. Então, ações como essa organizada pela BPW apoiadas pelo Legislativo do Estado de Mato Grosso, são importantes e marca o início, claro que já existem outras, isso já vem há algum tempo, mas sempre marca o início de uma luta que precisa ser abraçada de verdade sem que tenhamos medo, sem que nós mulheres tenhamos receio, porque muitas vezes com a Doutora e minha colega Amini Haddad falou, muitas vezes é a própria sociedade somos nós mesmas que nos colocamos em uma situação diferenciada, uma situação de menor valor, uma situação de objeto, de simplesmente que a mulher seja aquela que deva cuidar do lar, do marido e dos filhos.

Tenho três filhas mulheres, e como eu estava dizendo para a Dona Zilda,...s/drm...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au36.drm

A SRª GRAZIELE CABRAL BRAGA DE LIMA -...Tenho três filhas mulheres, e como eu estava dizendo para a Dona Zilda, antes de começarmos audiência, eu espero que as minhas filhas já tenham um mercado de trabalho diferente, um mercado de trabalho onde a desigualdade, um mercado de trabalho onde a desigualdade seja melhor, mas eu vislumbro uma realidade maior para as minhas netas. Então, eu agradeço a oportunidade de estar aqui e também me coloco a disposição para dar continuidade a esse trabalho com medidas efetivas, realmente a situação não é, eu concordo com João, não é criar leis, leis nós já temos muitas, nós precisamos colocar em prática a legislação que nós já temos tanto falando de Constituição Federal quanto a própria legislação trabalhista.

Muito obrigada, uma boa noite a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Dando sequência, convidamos para fazer uso da palavra, a Drª Ludmila Pereira Araújo, Procuradora do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

A SRª LUDMILA PEREIRA ARAÚJO – Boa noite a todos!

Cumprimento vocês o público, em nome de minha mãe Vera, a final de conta Audiência Pública, nós temos que trazer a família, temos que trazer todo mundo.

Cumprimento à mesa também na pessoa do Deputado Wagner Ramos e da Presidente da BPW, Zilda Zômpero.

Gente, o tema da Audiência Pública é desigualdade salarial entre homens e mulheres, entretanto o problema que a mulher enfrenta no mercado de trabalho não é só esse, são tantos outros dito pelos palestrantes aqui anteriormente e aqui eu ressalto um, alto índice de demissão de mulheres após o término da licença maternidade.

No ano passado a FVG publicou uma pesquisa que está acessível na internet, revelando que 50% das mães, ou seja, pelo menos metade das brasileiras foram demitidas no período de até dois anos depois da licença maternidade.

Outra questão que também assola o mercado de trabalho para mulher é o assédio sexual, enquanto a OIT revela dados de 50%, no Brasil há uma pesquisa de 2015, de um *site* que colhe currículos de trabalhadores, esse *site* fez uma pesquisa com cinco mil trabalhadores e desse cinco mil 80% das mulheres disseram que foram vítimas de assédio sexual. Sobre assunto inclusive eu tive uma investigação no local de trabalho em que o supervisor ele fazia filmagens das trabalhadoras...s/CAC

0703au37.cac

A SRª LUDMILA ARAÚJO - ... no local de trabalho em que o supervisor fazia filmagens das trabalhadoras que laboravam no seu ambiente de trabalho. Enquanto elas trocavam de roupa, havia um local específico para elas fazerem a troca de roupa e ele deixava uma câmara escondida e ao longo de algum tempo elas acabaram descobrindo. Sabe-se lá, quanto tempo ele passou filmando essa situação; sabe-se lá onde estão essas imagens, a situação dessas trabalhadoras, a situação física e emocional delas, extremamente grave.

E como disse os palestrantes anteriormente que falaram da Constituição, das leis internacionais, enfim, há um arcabouço jurídico enorme para lidar com o assunto, mesmo com tudo isso, por quê? Por quê? Nós ficamos nos perguntando. Por que ainda ocorre essa diferença salarial? Por que ocorre discriminação do espaço de trabalho da mulher? E isso também já foi respondido

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

pelo pessoal que passou por aqui. É a forma como estamos inseridos nessa sociedade, é a cultura do patriarcado. Se vocês pegarem toda evolução histórica, for olhar quem fez as leis, quem esteve nos altos cargos, inclusive, nas grandes empresas, quem esteve a frente, os líderes dos movimentos sociais, sempre aparece o nome de um homem. Em que pese olhamos: “Ah, uma mulher!” Há alguma representação feminina, mas em sua grande maioria é o homem. E isso, por haver a ocupação do lugar da fala, nesses grandes espaços, por eles sempre terem sido ocupados sempre por homens, é claro que a estrutura do mercado de trabalho, a estrutura cultural dessa sociedade vai se dar a partir do aspecto masculino. Como exemplo, vejam: enquanto há um alto índice de demissão de mulheres que acabaram de ter filhos. Qual é o pai que foi demitido depois que teve um filho? Nós não ouvimos falar sobre isso. Olhando para o mercado de trabalho, para as empresas, como olhamos a mulher que fica grávida e está ali, trabalhando numa empresa, como olhamos para elas? Se não há uma preocupação de que ela está naquele local, está trabalhando, se há aquele medo de que aquele emprego continuará? Porque sobre essa aspecto masculino o que acontece no mercado de trabalho? A mulher realmente não tem esse espaço, ela não tem esse acolhimento, mesmo que haja lei, etc, na prática vemos que a efetivação é muito difícil. A efetivação parte muitas vezes da denúncia, da proposição de uma ação judicial, individual, como citaram anteriormente...

s/cms

0703au038.cms

A SR^a LUDIMILA ARAÚJO – ...judicial individual como citaram aqui anteriormente. Então, ela parte dessas questões, quer dizer, precisamos nos conscientizar disso que, realmente, a estrutura, tanto a estrutura de trabalho quanto a estrutura cultural não leva em consideração o aspecto da mulher, de que a mulher pode, de repente, trabalhar e não ficar grávida, mas que ela pode também trabalhar, ficar grávida, ter seus filhos, ter sua licença maternidade e depois voltar a trabalhar normalmente, faz parte da concepção da mulher.

Ou seja, precisamos conscientizar que hoje o mercado de trabalho e a sociedade leve em conta tão somente o aspecto masculino, que precisamos, na verdade, virar essa chave, combater isso e conscientizar. Aqui não deixa de ser um espaço de conscientização, inclusive, coletivo, se conscientizar e cuidar para que isso não ocorra no mercado de trabalho.

Empresário se conscientizar em realmente fazer valer os direitos trabalhistas da mulher dentro da sua empresa e cidadãos denunciar. Denunciar no Ministério Público do Trabalho, no Ministério do Trabalho, nos conselhos municipais, na própria BPW, na Assembleia Legislativa, na Casa do Cidadão, denunciar para que realmente façamos valer de forma efetiva todas essas normas jurídicas que temos aí.

Outra questão que eu sempre busco falar, é o seguinte: isso aqui precisamos entender que a igualdade de gênero realmente é uma luta de todos. Entender, gente, que o feminismo não tem nada de bicho grilo, ele não tem nada de tabu. O feminismo nada mais é do que a luta pela igualdade não só jurídica, mas também efetiva dos direitos das mulheres.

Por fim, eu gostaria de agradecer a BPW pelo convite ao Ministério Público do Trabalho, também disponibilizar o MPT nos próximos debates sobre o assunto. Boa noite (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Convido para fazer uso da palavra, a Dr^a Michelle Gonçalves Mendes, Auditora Fiscal do Trabalho do Poder Executivo, representando a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a MICHELLE GONÇALVES MENDES – Boa noite a todas!

O Ministério do Trabalho agradece o convite tanto por parte da Assembleia Legislativa quanto por parte da BPW.

Tendo em vista o avançado do horário, tentarei ser o mais breve possível, e trarei alguns dados estatísticos para que possamos fazer alguma reflexão sobre o assunto. Realmente, não temos uma resposta pronta...

...s/lcb...

0703au39.lcb

A SR^a MICHELE GONÇALVES MENDES -...sobre o assunto. Realmente, não temos uma resposta pronta sobre tudo que está acontecendo, mas extremamente importante o presente debate. O assunto em si, como os palestrantes anteriores já falaram sobre a constituição, o princípio de igualdade está previsto desde a primeira constituição de 1.824, só que a igualdade entre homens e mulheres ela foi de fato prevista pela Constituição de 1.934. Só que apesar da previsão dessa igualdade já havia uma discriminação, porque, por exemplo, direito de voto só era previsto para as mulheres que exerciam atividades remunerada. Especificamente sobre a Constituição de 1.988, que é atual Constituição, existe previsão do princípio de igualdade, existe a igualdade entre homens e mulheres e existe a possibilidade de tratamento diferenciado entre o sexo observados em algumas situações. O constituinte considerou a questão realmente de exclusão da inserção da mulher no mercado de trabalho, considerou também o fato fisiológico de organismos de homens e mulheres serem diferentes e a menor resistência, dependendo, física mesmo, para algumas atividades e considerou também um componente social que é o fato da mulher ela precisar exercer atividades no lar e no ambiente laboral.

Partindo agora para os dados estatísticos em si, já que muitos foram levantados. Dados do IBGE de 2016, homens se dedicam dez horas para os afazeres domésticos, enquanto as mulheres dedicam dezoito horas. São 75% a mais.

Em termos de rendimentos médios, as mulheres recebem 25% a menos que os homens. De fato, como já foi falado, os homens ingressam no mercado de trabalho antes que as mulheres, em contrapartida elas possuem uma qualificação maior, mas ainda sim a remuneração é menor.

Especificamente falando do setor público, no caso do Ministério do Trabalho que é o órgão que eu represento, e especificamente, mais detalhado ainda a inspeção do trabalho.

No setor público em si, tendo em vista que em via de regra, a admissão se dá por concurso público, não é tão visível e não é possível essa diferença salarial entre homens e mulheres. Entretanto, os números que eu vou apresentar sobre a superintendência em relação aos cargos de chefia e de gestão chamam a atenção. Olha só, a inspeção do trabalho atualmente, o Dr. João tinha até falado sobre o sucateamento mesmo da fiscalização em si...

...s/dmm...

0703au40.dmm

A SR^a MICHELLE GONÇALVES MENDES –...do trabalho atualmente, o Dr. João tinha até falado sobre o sucateamento mesmo, da fiscalização em si, em Mato Grosso somos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

quarenta e cinco Auditores Fiscais para atender todo o Estado em termos de fiscalização de trabalho rural, de trabalho escravo, saúde e segurança do trabalho, que seria construção civil, hospitais, fiscalização de aprendizagem, TCD, fiscalização de comércio, fiscalização de serviços, fiscalização de FGTS. Dentro desse universo de quarenta e cinco Auditores Fiscais do Trabalho, são vinte e seis homens contra dezenove mulheres, o que perfaz quase 20% a mais do sexo masculino. Desse universo de quarenta e cinco Auditores Fiscais do Trabalho, nós temos doze ocupantes de cargos de chefias e coordenações, dentro desses cargos de chefias e coordenações que são encarregados realmente da fiscalização de todos esses setores que eu falei em todos os estados, nove ocupantes são homens contra três mulheres, só que o acesso aos cargos de chefias e coordenação é livre, não tem nenhum preconceito.

O que é que acontece de fato para que as mulheres, para que as Auditoras não queiram assumir os cargos de chefia e de coordenação? O acúmulo. De fato exercer a extensão do trabalho, cargo de chefia e de fiscalização é extremamente desgastante física e emocionalmente, tem um conflito muito grande entre o próprio trabalhador e empregador e elas de fato ainda exercem uma sobrecarga com a maternidade, com o casamento. Esses nove chefes, dos nove chefes homens, oito são casados e têm filhos e de certa forma participam em casa também. As três coordenadoras que não são chefes, duas são solteiras e não têm filhos.

Então, o que acontece realmente dentro da nossa estrutura, dentro da nossa cultura que precisa ser vista, que precisa ser modificada? Atualmente eu ocupo o cargo de Coordenação de Combate à Informalidade, eu já estive no cargo de Chefia de Inspeção do Trabalho, do Setor do Núcleo de Fiscalização, na parte da legislação trabalhista e eu confesso que o meu desgaste emocional e o esforço que eu tinha que fazer para dar uma ordem, era muito superior em relação ao chefe do sexo masculino.

Dados específicos da fiscalização em si para enriquecer o debate. Tendo em vista o setor...

...S/TMR

0703au41.tmr

A SR^a MICHELLE GONÇALVES MENDES - ... para enriquecer o debate. Tendo em vista o setor de multa e recursos fazendo um levantamento para pesquisa considerando o universo de janeiro de 2017 a maio de 2018 quase um ano e meio, nós observamos o seguinte de acordo com o Art. 5º da CLT, que fala que todo trabalho é de igual valor deve ter igual remuneração para o mesmo sexo. Foi lavrado apenas um auto de infração.

Falando de remuneração especificamente.

Existe uma outra ementa de auto de infração que corresponde ao atraso de salário, pagamento feito além do quinto dia útil do mês subsequente, atividade laboral prestada pelo empregado. Nesse mesmo universo, de 18 meses, praticamente, foram lavrados 407 autos de infração.

Desses 407 autos de infração, que é uma alta *per capita* por trabalhador foram identificados quase 25 mil trabalhadores com atraso de salário. Esse único auto de infração sobre diferença de salários entre homens e mulheres foi feito em 2017 numa fiscalização do interior num posto de gasolina, onde de fato é mais visível a diferença entre homens e mulheres, porque não é comum uma mulher trabalhando num posto de gasolina. Então, a irregularidade de fato é bem mais visível.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Diante desses dados que nós trouxemos fica realmente a seguinte reflexão: O que está sendo subnotificado? Porque de fato, enquanto Coordenadora de Combate à informalidade eu recebo inúmeras denúncias por parte dos trabalhadores, por parte dos órgãos públicos todos os dias chegam denúncias de empregados sem registros, de ausências de recolhimento de FGTS, de atraso de salário, mas exatamente nesse semestre eu não me recordo de ter lido no estado inteiro nenhuma denúncia sobre diferença de salário.

Então, vamos lá.

O que está sendo subnotificado? O que precisa ser visto de forma clara para ser modificado? O que não está sendo possível fiscalizar, porque questões estruturais já que somos só 45 auditores para cobrir o estado inteirinho de Mato Grosso, sendo que auditores só estão lotados .../tan

0703aub42.tan

A SR^a MICHELLE GONÇALVES MENDES -... Para cobrir o Estado inteirinho de Mato Grosso, sendo que auditores só estão lotados em Cuiabá e em Rondonópolis, então, realmente vijamos o Estado inteirinho, havendo possibilidade de disponibilidade de recursos para tentar atender as demandas da sociedade.

Mudanças são lentas, são gradativas, mas é necessário rever crenças e valores que são repassados de geração para geração ainda que inconscientemente.

Vou terminar a minha fala agradecendo realmente a participação, e com o poema de um livro chamado – O que o Sol faz com as Flores, é de uma autora, e ela fala o seguinte: “Sou a primeira mulher da minha linhagem a ter liberdade de escolha, a construir o futuro como bem entender, dizer o que vem a minha mente quando eu quiser, sem ouvir o barulho do chicote, são centenas de primeiras vezes pelas quais sou grata, cenas que minha mãe e a mãe dela, e a mãe dela não tiveram privilégio de viver. É uma verdadeira honra ser a primeira mulher da família que pode sentir seus próprios desejos, não é atoa que quero experimentar essa vida ao máximo. Antes de mim, tenho gerações de barrigas famintas, as avós devem estar gritando de tanto dar risada reunidas em volta de um fogão de barro lá do outro lado, elas devem achar uma loucura ver uma de suas mulheres vivendo de um jeito tão grandioso.”

O Ministério do Trabalho se coloca a disposição para contribuir tanto com o debate quanto para realmente reduzir essa desigualdade, em questão da discriminação, realmente dentro das nossas possibilidades.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Convidados para fazer o uso da palavra o Dr. Joelson de Campos Maciel, Promotor de Justiça da 16^a Promotoria Civil.

O SR. JOELDON DE CAMPOS MACIEL – Boa noite a todos! Queria saldar a Mesa na presença, me perdoe Deputado Wagner Ramos, mas na presença da minha esposa a Dr^a Amini Haddad Campos, porque ela representa muito para mim, aprendi muito com ela a lutar pelo feminino, porque eu sou o filho, somos três lá em casa, eu sou o caçula.

E até no início... Domingo, lá em casa o dia que não tem empregada ...s/drm...

0703au43.drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. JOELDON DE CAMPOS MACIEL –... E até no início... Domingo, lá em casa o dia que não tem empregada, eu lavo a vasilha, eu gosto de lavar vasilha, eu sou neurótico com limpeza, fazemos o almoço e cada um lava o seu, lá em casa funciona assim, com os nossos filhos inclusive e no início eu achava uma grande coisa lavar vasilha como se fosse ganhar uma medalha, a nossa que homem lindo maravilhoso, ele lava vasilha, depois eu vi que não fosse mais que minha obrigação, com come lava, quem suja limpa, esse é o princípio básico (PALMAS)

Então, eu aprendi com essa mulher maravilhosa essas coisas que mudaram a minha alma e me tornou uma pessoa muito melhor hoje.

Bom o que um Promotor do Meio Ambiente quer fazer uma Audiência Pública, com relação a salarial entre homens e mulheres. Meio ambiente, praticamente nasceu das demandas sociais do feminismo, vou citar só um exemplo, o livro que denuncia problema do agrotóxico, até um parêntese, está sendo votado no Congresso, uma lei que vai liberar os agrotóxicos, os setes que provocam câncer até ANVISA já falou, que foram banidos da Europa mais de dez anos, vão querer trazer para o Brasil, porque infelizmente o Brasil ainda é o quintal do mundo, querem liberar esses agrotóxicos altamente cancerígenos. Não foi liberado para passar para o Senado a lei, mas caso seja é muito perigoso.

Foi uma mulher que escreveu em 1966, chamava Raquel Carson, livro chamado Primavera Silenciosa, era uma jornalista que ela começou anotar que 1966 com uso dos pesticidas, agrotóxico, defensivos, seja qual o eufemismo que querem empregar, naquele 1966 não houve mais passaros nas plantações, os passarinhos morrem todos, as abelhas estão morrendo todas, não está vendo o fenômeno da polinização, e se não houver isso não ter agricultura e não vai ter principalmente agricultura familiar, o que nós comemos é da agricultura familiar, ninguém aqui come soja, ninguém aqui come nada que seja exportado em *commodities* pelo Brasil, nós comemos arroz, feijão carnes e vegetais, alface, etc, o que é feito pela agricultura familiar, e que é sustentado pela mulher.

Por exemplo, o princípio 20 da declaração do rio de 1992, ele fala especificamente em função da importância que a mulher tem em relação a defesa do meio ambiente e no desenvolvimento...s/CAC

0703au44.cac

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL - ... do meio ambiente e no desenvolvimento. A sua participação plena, portanto, essencial para promoção do desenvolvimento sustentável. Por que com tanto arcabouço legal que o nosso colega João Cesário falou, outros falaram, a minha esposa falou, por que não ocorre essa igualdade salarial entre homem e mulher? É muito simples, além da questão do patriarcado também, mulher gera dinheiro. O objeto mulher gera dinheiro.

Todo mundo ficou escandalizado, por exemplo, com aquela bizarrice que os brasileiros fizeram na Rússia com relação àquela repórter, todo mundo achou horrível, mas ninguém se escandaliza com as letras das músicas da Anitta ou da Mc Todynho, ou Todynha, sei lá.... Aquela que fala: “Que tiro foi esse?” Ela tem letras que eu parei para ouvir, meu Deus do céu! Coloca a mulher como objeto e não vou repetir por respeito ao plenário e por aí vai... Desde Ataulfo Alves quando criou “ Amélia que era Mulher de Verdade”, onde já se viu? Uma mulher útil é uma mulher de verdade e uma mulher que não é útil não é uma mulher de verdade! É uma mulher o que? Não é escrava então não funciona? Não serve para mim? Tem que ser uma escravinha? Não existe! Chico

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Buarque e vários e vários cantores “celebradérrimos” na mídia, inclusive programas liderados por mulheres que colocam a mulher como objeto.

Outro problema também que mascara e torna esse problema meio invisível, igual o problema do trabalhador invisível, a mulher tem um pouco disso também, o problema da pejotização, obrigam as mulheres a abrirem firmas individuais, pejotização é isso: você obriga o trabalhador a criar uma firma individual e ele como pessoa jurídica, ele é contratado e obviamente, não teria muitos direitos como se ele fosse trabalhador, pessoa física e não como pessoa jurídica. Exemplo prático: ela não recolher para tempo de contribuição para aposentadoria. Pessoa jurídica não aposenta. Então, o que acontece? Todo trabalho que ela fizer não servirá para nada para a aposentadoria dela.

Eu tenho um caso na minha família, esposa do meu irmão, que teve que demandar uma entidade famosa porque eles só a contrataram como pessoa jurídica. E tudo o que ela quer é que reconheça o vínculo, ela entrou com uma ação trabalhista, para poder aposentar, porque ela já está chegando nos seus cinquenta anos. Eu tenho quarenta e sete e ela é mais velha que eu um pouquinho. Ela quer aposenta porque ela precisa, só que esse vínculo não quer ser reconhecido porque hoje a pejotização. E está essa discussão toda. E por que isso acontece com a mulher? E aí a resposta de um certo candidato: “Ora, a mulher tem que ganhar menos porque ela tem licença, fica afastada do trabalho, portanto ela tem que ganhar menos...”

s/cms

0703au045.cms

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL – ...portanto, ela tem ganhar menos, ou seja, o peso que a mulher tem é o peso da produção, é o preço do músculo, é o peso do que ela consegue produzir, ou vale o quanto pesa. Essa é a cultura. Como é que vamos mudar isso? Mudando aquilo que nós ensinamos para os nossos filhos. Mudando, desligando a televisão quando aparece a letra de uma música que não funciona, que não leva a nada, incentiva a criança a achar que mulher é só, desculpe a palavra, bunda, que é o produto nacional.

Quando viajamos para fora do Brasil, a primeira coisa que o americano, o europeu, vem falar conosco é até constrangedora, é exatamente isso, “ah, as mulheres do Brasil” e vimos naquele sorrisinho cínico que as pessoas têm, que a mulher é uma mercadoria na visão deles. Mas, isso tende na Europa tornar uma questão mais complicada até.

Vivemos mundialmente um processo de islamização, a questão do Islã estar entrando fortemente, por exemplo, na Inglaterra. Na Inglaterra existem determinados bairros, ou alguns guetos, onde se permite a aplicação da charia. Para quem não sabe a charia é o código de comportamento, o código de conduta do Islã, porque ele é baseado numa cultura teocêntrica em que o dono do estado é também o dono religioso, o Aiatolá Khomeini, à época que ficou famoso.

Então, a charia se baseia em três pilares: diferença entre o fiel e o Infiel e o infiel corta cabeça; diferença entre o homem e a mulher; e diferença entre os livres os escravos. Entre o homem e a mulher pode se aplicar a Sura 4.34, que fala que o homem além de ser chefe da casa, tem a obrigação de castigar a mulher com chicotadas se ela não obedecê-lo. É um absurdo para nós falarmos isso, é uma coisa absolutamente fora do nosso padrão, só que o discurso da diversidade, do respeito às diferenças é tão forte que isso pode, de repente, contaminar inclusive nós brasileiros se não acordarmos para isso. Haja visto que acontece em algumas culturas indígenas também, em que a mulher é colocada em segundo plano e que a lei brasileira não alcança por uma questão de cultura,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

falta de enculturação do indígena que é tratado de forma diferente. Mas, existe também se tipo de comportamento.

Então, são várias lutas que as mulheres têm, são várias barreiras, vários problemas que elas têm que enfrentar e o maior dele que já foi falado aqui, que é preciso tornar a mulher visível. Os problemas femininos, muitas vezes, são invisíveis e são alvos de piadinhas, de chacotas e assédios, porque o que a mulher quer é ser ouvida, ser representada, poder falar e não tem esse direito...

...s/lcb...

0703au46.lcb

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL -...ser representada, poder falar, e não tem esse direito. Leis têm, princípios têm, como eu já citei aqui, mas não tem a efetivação disso. Por exemplo, uma forma prática, agora vamos a prática de sugestões que poderiam ser feitas para que a mulher houvesse a maior participação feminina. Nós participamos do CONSEMA –Conselho Estadual do Meio Ambiente. E até já dei essa sugestão antes. Qualquer UNG, qualquer entidade que representa os direitos femininos pode pleitear uma vaga no CONSEMA. Por que o direito da mulher trabalhar com meio ambiente? Eu já falei aqui o princípio vinte da Constituição da declaração no Rio de Janeiro, e porque nesse meio ambiente são tratados os problemas como o agrotóxico, como eu falei, tratado problemas de irrigação. Por exemplo, você tem uma comunidade e essa comunidade tem a permissão de uma mega produtora de soja, de milho, quer que seja, construir um pivô, pivô é aquilo que vai irrigar toda a área dele de mil hectares, vai secar o rio da sua comunidade. É importante que a mulher participe também

Então, além da questão salarial também, é importante que a mulher tenha participação ativa nesses problemas da sociedade. Por favor! Não deixe só para os homens, porque nós vamos estragar tudo. Nós não temos essa visão que vocês têm. Essa jornalista deu o exemplo da “primavera silenciosa”. A minha mulher me ensinou a ser mais humano dentro de casa. Nós fizemos uma Audiência Pública na sexta-feira sobre maus tratos com os animais, e a única que defendeu a humanização do tratamento com os animais foi uma mulher, da AVA –Associação da Voz Animal, única. Para variar houve uivos, só faltou jogar tomate na menina, principalmente porque além de defender os animais ainda era uma mulher, mas houve essa defesa. Essa sensibilidade nós temos que aprender com vocês e vocês têm que participar conosco.

O Ministério Público está de portas abertas para o que vocês precisarem, por exemplo, pleiteando uma cadeira no Conselho Estadual no Meio Ambiente. Fica a sugestão.

Parabéns pela iniciativa, Deputado Wagner Ramos, parabéns a todas vocês, e eu digo mais uma vez, sem vocês ao nosso lado o meio ambiente vai morrer, porque o meio ambiente, luta feminina, todo mundo acha bonito, mas tem que colocar a mão e ninguém quer se comprometer. E chegou a hora de nos posicionarmos, esquecer o discursinho do politicamente correto e falar: “não, a minha posição é essa, meu ponto é esse, eu não aceito esse tipo de cultura na minha casa, eu não aceito esse tipo de cultura esse programa de televisão para os meus filhos, eu não vou aceitar, e quem manda na minha casa sou eu”. Esse é o ponto.

Parabéns a todas, e que nós tenhamos força e disposição para continuar lutando por um mundo melhor....

...s/dmm...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au47.dmm

O SR. JOELSON DE CAMPOS MACIEL –...Parabéns a todas e que nós tenhamos força e disposição para continuar lutando por um mundo melhor.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Obrigado, Doutor.

Nós temos duas pessoas da plateia que se inscreveram para fazer uso da palavra. O uso da plateia é regimental, pelo prazo de três minutos, mas se precisar de alguns minutos a mais, esteja à vontade.

Com a palavra, Jocilene Barboza dos Santos, Presidente do Conselho Estadual das Mulheres e Presidente do SINTEP.

A SR^a JOCILENE BARBOZA DOS SANTOS – Boa noite a todos e todas!

Eu sou do movimento social, do movimento sindical e nós fazemos essa flexão de gênero, eu quis reforçar isso.

Parabenizo pela Audiência Pública de hoje em nome da Zilda, cumprimento o Plenário em nome da companheira Mirian Botelho, Secretária-Geral do SINTEP/MT; a companheira Vera Araújo, mãe da Ludimila, que está ali.

Dizer da importância deste debate, desta Audiência Pública.

Como vocês bem ouviram, eu represento duas instituições muito bem representativas no que diz respeito às mulheres, um Conselho que completou 30 anos no dia 30 de junho, uma instituição que antecedeu até a Constituição Federal de 88 e que devemos pleitear uma cadeira lá no Conselho, eu estou vendo o Promotor aqui e me lembrei que ele fez essa provocação em uma outra atividade que a BPW realizou no dia 08 de março. Nós devemos ter eleição para o Conselho em agosto e prometo que nós vamos fazer essa solicitação, até porque fiquei extremamente preocupada com essa PEC dos Agrotóxicos e também o SINTEP Mato Grosso, instituição que tem 53 anos, sua base é constituída pela maioria de mulheres, 80% de mulheres e que eu tive o desafio, assumi o desafio e, ao mesmo tempo, o privilégio de ser a primeira mulher que preside essa instituição desde 1988, quando ela se transformou de Associação em Sindicato.

Dizer que é uma das grandes pautas do movimento de mulheres, do movimento feminista a desigualdade no mundo do trabalho, que é como chamamos no movimento social e que tem a base exatamente...

...S/TMR

0703au48.tmr

A SR^a JOCILENE BARBOZA DOS SANTOS – ... no mundo do trabalho que tem a base exatamente nessa divisão sexual do trabalho. Muito foi citado, eu ouvi a questão do patriarcado. Então, no momento em que o homem conseguiu trazer um instrumento diferente para realizar o trabalho e que ele foi valorizado mais do que o instrumento da mulher nas comunidades primitivas que se deu essa diferenciação, essa valorização, essa hierarquização do trabalho do homem sobre da mulher que constituiu o patriarcado, que estamos há muito tempo vivendo essa desigualdade e essa necessidade de fortalecer essa pauta nos vários movimentos, diversos movimentos de mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Além dessa, nós temos a reivindicação do compartilhamento das tarefas domésticas, que está articulada com essa divisão sexual do trabalho, obviamente. Então, nós temos batalhado pela regulamentação da Convenção nº 156 da OIT. É interessante mencionar também essa desigualdade que se dá nada ao fato do trabalho doméstico não ser remunerado, e que nós temos uma Deputada mulher em São Paulo, Ana, que tem um projeto que exige o reconhecimento no PIB.

O que significa no PIB o trabalho doméstico não remunerado? Isso é muito importante no sentido de combatermos essa desigualdade. E um dado que 85% do trabalho não remunerado são realizados por mulheres. Então, um outro apontamento que eu deixo aqui nesta noite.

Como houve aqui essa questão da abordagem do Ministério do Trabalho que não anda numa situação muito favorável para fazer essa investigação, eu também gostaria de provocar sobre a questão da própria Justiça do Trabalho. Quero finalizar com essa pergunta. Muitos se comentaram sobre os problemas que podemos trazer aos trabalhadores, eu me identifiquei muito com a fala do Juiz João Humberto, porque eu sou do movimento do sindical, veio situando a constituição da classe trabalhadora, da necessidade dessas reivindicações. Temos agora o risco de não termos esse espaço de reivindicação de direito que a Justiça do Trabalho, dadas algumas modificações que foram feitas na própria CLT. Existem algumas que vieram para beneficiar e vimos que a grande maioria veio para prejudicar. Já vi um dado que a grande parte do trabalho intermitente é realizado por mulheres. Como se não bastasse o não remunerado o intermitente também.

E o último Promotor falou sobre a questão da **perjotização**. Muito provável também as mulheres vão ser atingidas pelas forma precarizadas de trabalho. Então, eu gostaria que os dois Promotores reforçassem esse aspecto e como a Justiça de Trabalho .../tan

0703aub49.tan

A SRª JOCILENE BARBOZA DOS SANTOS –...Os dois Promotores reforçassem esse aspecto e como a Justiça do Trabalho tem se organizado para manter aquilo que é o papel dela? Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Obrigada Jocilene, e a última inscrita a Srª Marta Martinez, membro da BPW Cuiabá.

Gostaria de fazer só uma pergunta, se algum dos Promotores ou algumas das pessoas gostariam de mencionar o que a última inscrita falou a respeito das leis?

SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – Como é o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Jocilene.

SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO – Jocilene, eu acho que você... É obvio pelo adiantar da hora não vou me estender. Mas acho que você tocou num ponto que eu reputo muito importante. Nós podemos discutir eventualmente se as reformas trabalhistas foi boa ou ruim, mas não é o seu ponto central talvez agora que devêssemos se apegar a ele. O grande problema que nós vislumbramos para o futuro próximo, talvez seja de extinção da Justiça do Trabalho, e talvez essa seja a grande forma de precarização que nós teremos no futuro.

É obvio que a legislação do trabalho, como qualquer outra ela vai se modificando com o decorrer do tempo, as modificações podem ser boas ou ruins, mas é essencial acredito eu, e esse ponto é muito importante a sociedade terem em mente que é absolutamente necessário nós preservarmos algumas entidades como o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, porque sem eles não haverá o mínimo de preservação dos direitos sociais de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

índole trabalhista. Esse, talvez seja o maior golpe que o nós possamos a vir sofrer num futuro próximo.

A nossa entidade, evidentemente ela tem problemas, tem defeitos, imperfeições, mas ela é essencial para a preservação da democracia no mundo do trabalho.

Fico impactado, ao ouvir a fala da nossa colega, e sabia que num estado de dimensões continentais como Mato Grosso, por exemplo, nós temos apenas 45 auditores, como né? Por exemplo, na época que eu trabalhei na Vara do Trabalho de Juína, eu atendia uma jurisdição territorial que era superior geograficamente, há quatorze Estado brasileiro, para termos a dimensão do que estamos falando, estamos falando de Mato Grosso. Uma Vara do nosso Estado atendia uma extensão geográfica superior a quatorze Estados, como é que 45 auditores vão dar conta de fazer a fiscalização? É por isso que eu digo, nós temos lei? Temos, a lei é boa? É, é boa, mas não conseguimos concretizar, é importante manter essas entidades e eu não tenho dúvida, elas estão próximas de ser golpeadas...s/drm...

0703au50.drm

SR. JOÃO HUMBERTO CESÁRIO –... eu não tenho dúvida, elas estão próximas de ser golpeadas em nosso país, a sociedade precisa está atenta a preservação do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Obrigado Dr. João.

Com a palavra a Sr^a Marta Martines.

A SR^a MARRTA MARTINES – Boa noite a todos e todas!

Quando eu me inscrevi eu não sabia que era para vir aqui gente. Na verdade sou professora da rede pública estadual e municipal, e temos hoje a possibilidade com a lei da transparência de ficar vasculhando a folha de pagamento das autarquias e dos órgão do governo. Eu curiosamente esta semana eu fiz isso, e aí não há como você comparar, eu abrir a folha de pagamento de outro órgão do Estado, não dá educação, eu olhei o pagamento, o salário de uma pessoa que é conhecida minha, amigos dos meus filhos, não tem a capacitação que eu tenho, não tem o tempo de serviço que eu tenho e o salário dele é maior que o meu, eu fiquei chateada e me pergunto, falou-se muito aqui a questão das leis que protege as mulheres na iniciativa privada, nas empresas e a igualdade salarial.

Eu pergunto aos senhores rebatedores, quem que nos protegem enquanto servidoras públicas nessa disparidade salarial, a quem que eu devo recorrer para fiscalizar os órgãos de fiscalização, quem que me protege, era esse meu questionamento.

Muito obrigada (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Obrigado, Dr^a Marta Martines, eu vou solicitar da Dr^a Amini Haddad, que ela possa responder essa pergunta.

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS – Excelente colocação, Marta. Na verdade isso somente releva o que nós temos de elemento cultural. Muitos disseram aqui que não é necessário novas leis, eu vou contrario dessa afirmação, precisamos sim melhorar muito as nossas leis, essa é questão por exemplo que não tem solução evidente de controle.

Nós sabemos muito bem que nós temos a carreira da magistratura, por exemplo, olhe o nosso tribunal, qual é a composição, não temos excelentes magistradas tão competente ou mais competente? Quantos anos se passaram só com uma Desembargadora que era a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato...s/CAC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0703au51.cac

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - ... só com uma Desembargadora que era a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato. Preciso dizer? Então, nós precisamos, sim, melhorar muito as nossas legislações. E eu falo isso porque existe uma cultura. Eu trago como exemplo nítido, a questão do índio que muito bem trouxe o Dr. Joelson, que é Promotor de Justiça, que nós temos casos aterrorizantes de estupros sucessivos nessas comunidades sem resposta penal, porque temos o estatuto do índio, que diz que é uma cultura restrita. Só se comprovada aculturação é que há resposta penal. Mas uma questão importante de se trazer aqui é a pergunta: a Constituição só vale para alguns? A Constituição que fala dessa igual dignidade só serve para alguns casos? Os direitos humanos não são universais? Por que essa índia não pode ser atingida por essa nomenclatura de direitos humanos? E não pode ser protegida por essa nomenclatura de direitos humanos? Aí está o grande debate mundial comunitarismo e liberalismo.

Muitos comunitaristas defendem, olha que comunitaristas de peso, como Michael Sandel, da Universidade de Harvard, que tem um programa de doutorado e mestrado excelente. Quem aqui leu o que é fazer a coisa certa? O livro dele sobre justiça? Ele traz várias situações em que a cultura delimita o direito. Portanto, há muito a se modificar! Olhem, vocês, tivemos uma mudança do código penal por lei, ainda bem que veio essa lei em 2005, retirando do mundo jurídico a possibilidade de extinção da punibilidade do estupro vir a se casar até com um terceiro. Quando eu cheguei na minha comarca em 1999, eu sou juíza há quase vinte anos, passei muito cedo na magistratura, mas o que eu vi lá eram negociatas sendo feitas de casamentos fajutos só para o estupro não venha a responder e fosse lavada a honra da estupro para logo em seguida ocorrer o divórcio. Pagava-se uma indenização e aplicava o artigo 107, do Código Penal. Casou, está limpa a honra! Em seguida essa aí era abandonada. Era lei! Era o Código Penal em 2005! E de quando que é a Constituição que fala que todos são iguais perante a lei? De 1988! Não precisamos de leis?

s/cms

0703au052.cms

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS – ...Lei, de 88. Não precisamos de leis? Precisamos de leis. Querem ver, apesar da lei que revogou o art. 107, da extinção da punibilidade no caso de estupro do estupro, ou seja, ele não tem responsabilidade, torna legítimo o estupro.

Veio uma modificação no Código Civil, abram o Código Civil, art. 1.520, que tona possível a extinção da punibilidade, no Código Civil tratando da questão lá da violência sexual. Aí hoje tem uma grande discussão, “ué, mas o Código Civil é de 2002, essa lei do Código Penal foi modificada em 2005, o 107.”

Então, precisamos, sim, fazer muitas modificações no campo normativo. Nós precisamos de leis concretas que mostrem isso aqui é aceito, isso aqui não é, porque a cultura não deixa perceber que não pode ser aceita. Por que esse índio estupra, estupra? A menina faz 11 anos, menstruou e tem que ser estupro? Vocês assistiram o vídeo que a menina tinha 15 anos, teve esses estupros sucessivos, solteira, como ninguém casou com ela, ela teve uma menina, e a avó estava enterrando o bebê, vocês viram o vídeo. Se vocês forem fazer medições em relação às estatísticas de quem são as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

maiores vítimas dessa forma cultural de eliminação de enterrar, são as meninas que nascem. Os meninos é só se nasce com um defeito físico!

É muito sério trazer a discussão cultural como essa pergunta. E no nosso serviço público, nós temos? Temos inúmeros instrumentos, temos a Constituição o maior deles. Mas, qual é a realidade concreta para fazer isso valer? Qual que é a norma concreta que pode me trazer isso como um padrão, de como é uma carreira, medição de produtividade?

Quanto tempo demorou para termos a Desembargadora Maria Erotides no Tribunal de Justiça? Mulher extremamente produtiva, extremamente atuante, muitas delas, eu poderia citar várias mulheres que produzem muito no Judiciário. Então, é importante pensar essa cultura e legislações bem práticas, bem evidentes, igual dignidade que temos do homem e da mulher.

Mas, aqui o promotor de Justiça, que eu tenho a oportunidade de ter com meu marido...
...s/lcb...

0703au53.lcb

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS -...mas, aqui o Promotor de Justiça, que eu tenho a oportunidade de ter como o meu marido, trouxe o caso das músicas. Não é? É dignidade essa nomenclatura, esses conceitos impregnados nessas músicas? Qual o incentivo? Aí vem a questão da liberdade, da liberdade com relação a comunicação. Não seria um dever público de conscientizar com relação a essas letras? Aí vem as leis de gestão, lei prática, a Constituição é linda, todos são iguais perante a lei. Construir uma sociedade livre, justa, sem preconceito, objetivo da Constituição, é maravilhoso, mas a realidade cultural é outra. E como nós mudaremos essa cultura? O que nós faremos? Por que é que nos Estados Unidos aconteceram a questão dos estudos específicos envolvendo as universidades para mudança de muitos padrões culturais nas empresas.

Achamos um caso recente de uma jornalista da BBC super, hiper qualificada que pediu demissão porque ela viu que os colegas com nível de qualificação muito inferior a ela ganhavam quase o dobro, e na mesma função, no mesmo cargo, ela ganhava menos 10.5%, e nós falando de uma sociedade desenvolvida, para vocês terem uma ideia. Por isso, eu novamente falo: obrigada pela sua colocação, mostra de fato o quanto nós precisamos de uma evolução, uma evolução interpretativa, uma evolução de consciência, uma evolução normativa que de fato traga elementos concretos dessa realidade de equidade. Porque o Joaquim, o cangaceiro, que está lá com um facão para matar a mulher dele, a Constituição que fala: “Todos são iguais”, para ele não é nada. Precisou da lei de feminicídio com uma qualificação maior, uma pena maior, para tentar falar para essas pessoas. E isso não é aceito. Precisa da lei do feminicídio? Ela é uma lei concreta que mostra isso aqui sim, isso aqui não. Não é isso?

Então, eu não sei se eu respondi ou alcancei a sua pretensão, mas é essa luta diária de tornar o mundo com uma visão melhor. E às vezes nós precisamos de lei como parâmetro do que é legal e o que é ilegal, o que é lícito e o que não é lícito, para ficar muito claro para uma regra de conduta...

...s/dmm...

0703au54.dmm

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS -...para ficar muito claro para uma regra de conduta, que é isso que nós queremos. Nós queremos que as mulheres participem das carreiras, que elas possam conseguir promoção de fato por aquilo que elas produzem, por aquilo que elas representam, de fato o que nós temos como realidade, ser medido para a ocupação dos cargos, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

deliberação justa, o acesso equivalente, equânime. Isso tudo precisa ser construída a partir de que padrão? A partir da Constituição? Ela é linda, mas qual é o efeito concreto dela? Nós estamos ainda na Constituição de 88 e aqui trouxe muito bem que desde a primeira Constituição já se falava da igualdade, mas o que é que nós tínhamos de legislação para essa equidade? E ainda nós temos problemas seríssimos com relação as nossas legislações. Então, precisamos, sim, questionar; precisamos, sim, inovar; precisamos, sim, evoluir; precisamos, sim, de padrão; precisamos, sim, de regras concretas para alcançar a equidade.

Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Obrigado, Doutora.

Eu quero, antes de encerrar, revelar aqui uma injustiça nesta Audiência Pública. Está presente aqui conosco e eu não vi, porque olhamos daqui no geral, a nossa amiga Verinha Araújo, que foi Deputada conosco, eu tive o prazer e privilégio de ser Deputado junto com ela... (PALMAS)... em 2002, no mandato de 2003, 2004, quando eu assumi pela primeira vez como Deputado, e que por sinal foi uma grande Deputada.

Eu tenho muito orgulho da senhora, do seu trabalho... (PALMAS).

Perdoe-me por não ter visto a senhora aí, se eu tivesse visto, eu teria convidado para fazer parte da mesa conosco aqui.

Para as suas considerações, o Dr. Marcel Bianchini Trentin, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso.

O SR. MARCEL BIANCHINI TRENTIN – Deputado Wagner Ramos, agradeço o uso da palavra, mas só explicar que o meu silêncio aqui é proposital, nós estamos muito bem representados no Ministério Público do Trabalho pela Procuradora Ludmila Pereira Araújo e assim como o colega Joelson eu tenho aulas diárias com ela em casa sobre o feminismo e me considero um feminista em construção... (RISOS). O silêncio é proposital porque fomos muito bem representados.

Então, gostaria mais uma vez de agradecer o convite...

...S/TMR

0703au55.tmr

O SR. MARCEL BIANCHINI TRENTIN - ... Então, gostaria de mais uma vez agradecer o convite do Ministério Público do Trabalho.

Já que também foi aventado a questão dos agrotóxicos, até convidar o colega Joelson, no dia 10 agora, tem uma reunião do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. É um convênio que temos com a UFMT desde 2014 que vai ser apresentado o resultado dessas pesquisas pela UFMT pela Bacia do Juruena em relação aos agrotóxicos. Mais um convite ao pessoal que quiser comparecer na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.

Então, é mais isso. Agradecer a todos, principalmente, já que a colega Ludmila agradeceu a mãe, eu também agradeço a presença da sogra, do meu pai e de sua esposa. Muito obrigado! Boa noite a todos!

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Gente, quero aqui de coração agradecer todos vocês que abrilhantaram esta Audiência Pública, especialmente, quero de coração agradecer a Zilda Zompero, Presidente da BPW/ Cuiabá que com essa equipe maravilhosa, com essa equipe formidável, tem feito um trabalho diferenciado.

Nós já estivemos juntos em outras oportunidades. Vamos estar juntos inclusive vocês viram que algumas pessoas da imprensa já foram embora, porque demos entrevista antes de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

começar a Audiência Pública, e eu falei justamente o que o Dr. João colocou da possibilidade da criação, de promover um fórum de políticas públicas para debater este assunto. E o que realmente causamos, após uma Audiência Pública, porque o trabalho não pode ser adormecido, Zilda, ele tem que continuar, e o que vocês fazem é um bem para a sociedade, um bem para a população. E podem ter certeza o que depender de mim na Assembleia Legislativa estaremos lutando juntos, debatendo essas questões e outras mais no qual a BPW participa nos trabalhos que são realizados aqui, e podem ter certeza o que depender de nós estaremos trabalhando juntos.

A todos as pessoas que utilizaram dos microfones da Assembleia Legislativa que participaram conosco meus sinceros agradecimentos. Eu acho que a cada dia que passa aprendemos mais. A cada dia que passa numa Audiência Pública como esta nos torna uma pessoa muito mais informado para discutir as ações, discutir com a sociedade o que nós temos de problemas. Vocês viram que a cada momento um falava de um caso, um falava do outro, os problemas existem, e estão aí para serem resolvidos.

Então, vocês podem ter certeza que esta Audiência Pública vai ficar marcada. Além dela ser transmitida, ao vivo, pela *TV Assembleia*, ela será também .../tan

0703aub56.tan

O R. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - ... Além dela ser transmitida, ao vivo, pela *TV Assembleia*, ela será também reprisada nas oportunidades da Assembleia Legislativa. Mas de coração, ela funcionou muito bem devido a essa participação da BPW e das autoridades que foram convidados e estiveram aqui nos abrilhantando com esse assunto.

Mais uma vez Dr^a Amini Haddad De Campos, muito obrigado pelo livro - *Vulnerabilidades Sociais e Direitos Humanos*, muito obrigado pela dedicatória. Tenho certeza que nos vai enriquecer mais ainda desses assuntos.

Muito obrigado a todos e declaro encerrada essa Audiência Pública, e tenham todos uma boa noite e muito obrigado! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva.
-
- Revisão:
 -

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMA “AVANÇO DA IGUALDADE
SALARIAL, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2018, ÀS 19H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

SEM REVISÃO